

Avaliação da crise começa pelos juros

O que leva o Brasil a ter uma das mais altas taxas de juros? Essa é uma das questões centrais que a Comissão de

Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade pretende discutir a partir de quinta-feira, quando

realizará sua primeira reunião. Devem ser convidados especialistas e autoridades do Executivo.

páginas 4 e 5



DANIEL DINO/SECOM-MT

São mais de 15 milhões de pés de café plantados em Colniza, Mato Grosso: riqueza ameaçada pela chegada da crise ao campo

Preço e crédito em baixa prejudicam o agronegócio

páginas 6 e 7

Senado divulgará recibos com CNPJ de gastos com verba indenizatória

Decisão da Mesa diretora, anunciada pelo presidente da Casa, José Sarney, visa

dar maior transparência à divulgação das despesas de senadores na internet.

página 13



GERALDO MAGELA

Sarney anunciou ainda a simplificação da troca de documentos entre os três Poderes

educação

Piso do professor, conquista que não chegou a 17 estados

páginas 8 e 9

dia da mulher

DataSenado: medo faz mulher silenciar diante da agressão

página 12

cidadania

Manutenção correta do ar-condicionado pode prevenir doenças

Conheça as normas técnicas que devem ser seguidas para garantir a qualidade do ar e a saúde dos que trabalham em ambientes climatizados. Falta de limpeza pode causar doenças como a do legionário.

página 16

e mais...

agora é lei	10
ambiente legal	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



agenda

Plenário terá de examinar novos prazos para tributos

Ordem do dia do Senado Federal passa a ser trancada por medida provisória que visa reforçar caixa das empresas diante da crise econômica

A medida provisória (MP 447/08) que ampliou em até dez dias os prazos de recolhimento de diversos tributos federais começou a tramitar no Senado. Transformada pela Câmara em projeto de lei de conversão (PLV 1/09), a medida permite que as empresas retenham durante mais tempo em caixa o dinheiro destinado ao pagamento desses tributos. O projeto – juntamente com o PLV 31/08, proveniente da MP 445/08 – também passa a trancar a pauta de votações.

Os prazos para recolhimento dos tributos federais variam do

10º ao 20º dia do mês seguinte ao do fato gerador. A MP praticamente unifica todas as datas em apenas duas: 20º dia e 25º dia.

O maior período de prorrogação é para a contribuição social da Previdência devida pelo segurado contribuinte individual, que deve ser descontada e recolhida pela empresa em que trabalha. O prazo passa do 2º dia para o 20º dia do mês seguinte ao da competência. As cooperativas de trabalho passam a recolher a contribuição dos associados no 20º dia. Hoje, o recolhimento é feito no 15º dia.

Os deputados alteraram a medida provisória original para isentar da contribuição social para o Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (Funrural) a receita obtida com sementes, mudas, sêmen, embriões e animais usados como cobaias em pesquisas. Outra mudança aprovada pela Câmara foi a que determina o recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da indústria do fumo no 3º dia útil do mês seguinte ao da apuração. Atualmente, o imposto tem de ser pago a cada dez dias dentro de um mesmo mês.

Tarso Genro será ouvido sobre refúgio a Cesare Battisti

O ministro da Justiça, Tarso Genro, deverá comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), possivelmente nesta semana, para explicar os motivos que o levaram a conceder refúgio político ao italiano Cesare Battisti. O senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que requereu a presença do ministro, disse que a concessão de refúgio a Battisti, condenado à prisão perpétua pela participação em quatro assassinatos na Itália na década de 70, surpreendeu a sociedade brasileira e a italiana.

Eduardo Suplicy (PT-SP)



Eduardo Azeredo (E), ao lado de Augusto Botelho, vai propor mudança na Constituição para que o Senado decida sobre concessão de refúgio

concordou com o convite ao ministro dizendo que este já se colocara à disposição dos senadores. Afirmou ainda que Battisti nega a autoria dos assassinatos, alegando que os seus advogados teriam apresentado uma procuração falsa na época do julgamento. Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou que visitará Battisti na prisão, para

ouvir a sua versão dos fatos.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), anunciou que proporrá mudança na Constituição (PEC) para que casos semelhantes ao de Battisti sejam submetidos à competência exclusiva do Senado (PEC 3/09).

MARCIA KALUNE

CENTENÁRIO DE TANCREDO

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou que uma comissão da Casa está preparando as homenagens alusivas aos 100 anos do nascimento de Tancredo Neves, que serão realizadas no ano que vem. Os 99 anos de Tancredo, comemorados na última quarta-feira, foram lembrados em Plenário por Sarney. Vice de Tancredo na chapa eleita pelo Colégio Eleitoral em 1984, Sarney assumiu a Presidência da República em abril de 1985 com a morte do presidente.

IGREJA EM AÇÃO

Os 35 anos da Campanha da Fraternidade, promovida anualmente pela Igreja Católica e coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), serão comemorados em sessão especial, no dia 25 de março. O Plenário aprovou na última quarta-feira proposta nesse sentido, de José Nery (PSOL-PA). A primeira Campanha da Fraternidade, lançada em dezembro de 1963, realizou-se durante o ano de 1964 sob o tema "Igreja em Renovação".

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os líderes partidários definiram a composição da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Os senadores titulares são José Agripino (DEM-RN), Marco Maciel (DEM-PE), João Tenório (PSDB-AL), Ideli Salvatti (PT-SC), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Marina Silva (PT-AC), Wellington Salgado (PMDB-MG), Valter Pereira (PMDB-MS), Valdir Raupp (PMDB-RO), Romeu Tuma (PTB-SP), Jefferson Praia (PDT-AM) e José Nery (PSOL-PA).

No primeiro mês, Senado vota, elege e enfrenta crise

No primeiro mês após a abertura dos trabalhos do Legislativo – ocorrida em 2 de fevereiro –, o Senado retomou as votações em Plenário (página 10) e elegeu os novos presidentes e vice-presidentes de 11 comissões permanentes (página 3), além de instalar a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade (páginas 4 e 5). Os senadores também avançaram nos trabalhos da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno (página 11) e deram continuidade às atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia (página 11).

A restrição do uso excessivo de medidas provisórias (MPs) e a modernização do Regimento Interno do Senado são defendidas pelo presidente da Casa, José Sarney, que também prometeu para abril a divulgação, na internet, dos gastos feitos pelos senadores com recursos da verba indenizatória, publicando, inclusive, o CNPJ dos recibos por eles apresentados para justificar as despesas (página 13). Sarney destacou ainda a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, presidida pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

comissões

TERÇA-FEIRA

9h30 – AGRICULTURA

Expediente – A comissão realiza reunião administrativa.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Menos impostos – Com 12 itens em pauta, os senadores analisam projeto que determina isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. A comissão examina ainda o projeto que inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

10h30 – REGIMENTO INTERNO

Mudanças – Debate de propostas

para reforma do Regimento Interno do Senado sobre os seguintes temas: tipos e fases de sessões plenárias e tipos, organização, competência, emendamento e relatoria de comissões e CPIs.

11h – EDUCAÇÃO

Cesta Básica do Livro – O primeiro dos 13 itens em pauta é o projeto que autoriza o Poder Executivo a criar, no Ministério da Educação, o Programa Cesta Básica do Livro, para garantir um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio. Outro projeto autoriza o Poder Executivo a instituir o programa universitário de apoio à alfabetização de jovens e adultos.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Madeira legal – A comissão vota projeto que determina a inclusão de sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas para a prestação

de serviços de saneamento básico. Ainda na pauta, projeto que inclui, nas normas para licitações e contratos da administração pública, a obrigatoriedade da comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos.

QUARTA-FEIRA

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Leilão – Em análise, projeto que regula a profissão de leiloeiro e regulamenta os leilões pela internet.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Proteção – Na pauta, projeto que estabelece normas para proteger a vítima e a testemunha de delitos e projeto que torna crime a omissão de funcionários de laboratórios fotográficos que tomam conhecimento de fotos pornográficas envolvendo criança ou adolescente.

Errata

Ao contrário do que foi publicado na matéria "Trabalho sem guerra entre os sexos", na página 6 da edição 2.969/207, a norte-americana Lilly Ledbetter não obteve o direito de receber o mesmo salário que seus colegas homens. A Suprema Corte dos Estados Unidos reverteu em 2007 uma decisão favorável de primeira instância por considerar que o processo deveria ter sido aberto em até 180 dias após Ledbetter ter recebido o primeiro pagamento.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não-deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Construção – Dois projetos de lei de conversão devem ser votados antes de qualquer outra deliberação: o PLV 31/08 (MP 445/08), que dispensa a Caixa de recolher parte dos dividendos e juros sobre capital próprio para financiar a construção civil; e o PLV 1/09 (MP 447/08), que altera o prazo de pagamento de impostos e contribuições federais.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Isenção – A comissão discute projeto que isenta o portador de diabetes melito do pagamento de IR sobre os

Quarta-feira

10h – Sessão especial

Homenagem – Comemoração dos 186 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, no Piauí.

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

proventos de aposentadoria. Na pauta consta ainda a indicação de Maria Cecília Martins Brito para ser reconduzida ao cargo de diretora da Anvisa.

nova direção

Comissões do Senado elegem presidentes

Somente na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) houve disputa no voto. Fernando Collor ganhou, apoiado pelo PMDB

As 11 comissões permanentes do Senado elegeram na quarta-feira seus presidentes, colocando fim a um impasse que já durava um mês. Em 10 delas, o presidente foi eleito por acordo que levou em consideração o critério de proporcionalidade das bancadas – os partidos com mais senadores tiveram preferência para escolher as suas comissões.

Só houve disputa na eleição para a presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Pela proporcionalidade, o PT teria direito a indicar o presidente dessa comissão, mas o PMDB, argumentando que havia se comprometido com o PTB a apoiá-lo em uma comissão importante, deu seus votos ao senador Fernando Collor (PTB-AL). Assim, Collor derrotou a candidata do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), por 13 votos a 10.

A acomodação de Collor foi causa do atraso nas eleições para as presidências das comissões. Durante as negociações para a eleição do presidente do Senado,

o PMDB concordou em apoiar Collor se o PTB desse os votos dos seus sete senadores ao candidato José Sarney (PMDB-AP), que disputou com o petista Tião Viana (AC). No começo, Collor reivindicava a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), porém o PSDB, terceiro maior partido do Senado, não abriu mão desse colegiado.

As lideranças partidárias negociaram nas últimas semanas para evitar uma disputa. Diante do impasse, Sarney convocou as comissões para a eleição, com ou sem acordo.

Dessa forma, o maior partido da Casa (PMDB) indicou o senador Garibaldi Alves Filho (RN) para a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O segundo maior partido, o DEM, indicou o senador Demostenes Torres (GO) para a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os novos presidentes e vices das comissões (uma delas ainda não elegeu o vice) são os seguintes:



Collor (D) ganhou a eleição contra Ideli Salvatti na CI por 13 votos a 10. Critério da proporcionalidade não foi seguido e a senadora petista perdeu lugar para o petebista

<p>CAE</p> <p>PRESIDENTE: Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)</p> <p>VICE: Delcídio Amaral (PT-MS)</p>   <p>Após eleição tranquila, Garibaldi Alves afirmou ter sido o pleito mais fácil a que concorreu. "Não pedi voto e fui honrado com essa manifestação de confiança por comissão tão importante", declarou. Ele assumiu com o propósito de atuar em conjunto com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, recém-instalada para analisar os efeitos da crise no Brasil.</p>	<p>CRE</p> <p>PRESIDENTE: Eduardo Azeredo (PSDB-MG)</p>  <p>A concessão de refúgio político ao italiano Cesare Battisti, condenado em seu país por quatro assassinatos na década de 70, e a adesão da Venezuela ao Mercosul deverão ser os primeiros grandes temas em debate no colegiado agora sob o comando de Eduardo Azeredo. A eleição do vice-presidente da comissão deve acontecer nesta semana.</p>	<p>CI</p> <p>PRESIDENTE: Fernando Collor (PTB-AL)</p> <p>VICE: Eliseu Resende (DEM-MG)</p>   <p>Fernando Collor evitou entrar em detalhes a respeito da pauta da comissão que irá dirigir nos próximos dois anos. O colegiado será responsável pela análise dos projetos de infraestrutura relacionados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado há dois anos pelo governo federal e em processo de implantação gradativa. Na única eleição disputada no voto, Collor derrotou Ideli Salvatti (PT-SC).</p>
<p>CAS</p> <p>PRESIDENTE: Rosalba Ciarlini (DEM-RN)</p> <p>VICE: Paulo Paim (PT-RS)</p>   <p>Rosalba Ciarlini prometeu "olhar com carinho" para a área de saúde, um dos assuntos que estão sob a responsabilidade da CAS. Em sua opinião, é necessário debater questões ligadas à profissão de médico e à assistência. Jovens, idosos, Previdência Social e regularização de profissões estão entre os temas a serem abordados pelo colegiado, segundo sua nova presidente.</p>		<p>CRA</p> <p>PRESIDENTE: Valter Pereira (PMDB-MS)</p> <p>VICE: Gilberto Goellner (DEM-MT)</p>   <p>Uma das prioridades de Valter Pereira será discutir a importação de fertilizantes e seus impactos nos custos do setor agrícola. "O Brasil é dependente de um pequeno grupo de empresas que exercem monopólio nesse segmento", declarou. Ele também disse que a renegociação das dívidas dos produtores rurais terá atenção especial da comissão, "o que exigirá articulação com o setor privado e o governo".</p>
<p>CCJ</p> <p>PRESIDENTE: Demostenes Torres (DEM-GO)</p> <p>VICE: Wellington Salgado (PMDB-MG)</p>   <p>Dar prioridade a projetos como os de reforma política, os que possam combater o excesso de medidas provisórias e os relativos à segurança pública, agilização das leis e regulamentação da Constituição é o objetivo de Demostenes Torres. "Vamos agilizar os trabalhos da CCJ e, se possível, aumentar o número de reuniões para limpar a pauta da comissão", informou.</p>	<p>CE</p> <p>PRESIDENTE: Flávio Arns (PT-PR)</p> <p>VICE: Lúcia Vânia (PSDB-GO)</p>   <p>— Vamos promover um trabalho conjunto para fazer da nossa comissão um espaço privilegiado de debates nas áreas de educação, cultura e esporte — afirmou Flávio Arns ao assumir a presidência da CE. Ele elogiou a gestão anterior do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e pediu a participação de todos os demais senadores na condução dos trabalhos da comissão, "uma das mais importantes do país".</p>	<p>CDR</p> <p>PRESIDENTE: Leomar Quintanilha (PMDB-TO)</p> <p>VICE: César Borges (PR-BA)</p>   <p>A criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste é uma das prioridades da comissão. Na opinião do novo presidente Leomar Quintanilha, a comissão é um importante espaço de discussão sobre as desigualdades regionais que ainda persistem no país.</p>
<p>CCT</p> <p>PRESIDENTE: Flexa Ribeiro (PSDB-PA)</p> <p>VICE: Lobão Filho (PMDB-MA)</p>   <p>Flexa Ribeiro afirmou que trabalhará buscando incentivar as pesquisas em ciência e tecnologia no país. "Ao longo do tempo, o Brasil tem exportado talentos. Se desenvolvermos pesquisas científicas, daremos condições para exportar o resultado desses talentos, ou seja, os conhecimentos que eles produzem", declarou. Tarifas de telefonia celular e de energia elétrica também estarão no centro dos debates.</p>	<p>CMA</p> <p>PRESIDENTE: Renato Casagrande (PSB-ES)</p> <p>VICE: Cícero Lucena (PSDB-PB)</p>   <p>Renato Casagrande pretende concentrar os trabalhos nos temas da defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável — baseado no uso racional dos recursos naturais — e do combate ao desmatamento. Sua intenção é trabalhar em estreito diálogo com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ele adiantou que dará especial ênfase aos temas de defesa do consumidor.</p>	<p>CDH</p> <p>PRESIDENTE: Cristovam Buarque (PDT-DF)</p> <p>VICE: José Nery (PSOL-PA)</p>   <p>Cristovam Buarque pretende transformar a comissão em um "centro de debates" para abordar os direitos humanos de forma ampla, com destaque para cinco temas: direito à migração, ao meio ambiente, à educação, à saúde e ao emprego. Na pauta, constam 67 projetos em tramitação, 11 dos quais com relatórios prontos, imediatamente disponíveis para votação.</p>

crise

Senadores discutem juros e spread bancário

Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade reúne-se para debater o que leva país a ter taxas de juros tão elevadas

Instalada na semana passada, a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade realiza nesta quinta-feira sua primeira reunião com debate sobre um dos assuntos que mais preocupam boa parte dos brasileiros: o que leva o Brasil a ter taxas

de juros entre as mais elevadas do planeta.

Outro tema é a diferença entre os custos de captação e de aplicação cobrado pelo sistema bancário, o chamado *spread*, alvo das queixas de quem tem que recorrer ao crédito. "Vamos examinar o que aumenta o *spread*

ad bancário: se o compulsório, a cunha fiscal, a inadimplência, ou a combinação desses fatores", disse o presidente da comissão, Francisco Dornelles (PP-RJ).

Os senadores que integram a comissão – Tasso Jereissati (PSDB-CE), Aloizio Mercadante (PT-SP), Marco Maciel (DEM-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS), além de Dornelles – querem agendar para os próximos dias um encontro com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Na última quarta-feira, eles estiveram com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. A comissão criada pelo presidente do Senado, José Sarney, analisará, segundo Dornelles, todas as medidas que vêm sendo tomadas pelos governos federal e estadual. Além disso, conversará com empresários e trabalhadores, colhendo dados, sugestões e reivindicações. Outro foco será a repercussão da crise na oferta e na política de empregos do país. Esse debate começará pelos setores exportadores e da construção civil, por ser grande gerador de emprego.



Para Sarney (D), com Tasso durante solenidade de instalação, enfrentamento da crise exige medidas criativas e com participação do Congresso

Quatro economistas vão ajudar comissão

Para dar suporte aos trabalhos da comissão, deverão ser divulgados boletins com informações sobre a crise econômica mundial e com estudos específicos, elaborados pelos consultores legislativos e de orçamento do Senado. Fazem parte da equipe, o consultor-geral de Orçamento, Fiscalização e Controle, Fábio Gondim, e o consultor-geral Legislativo do Senado, Bruno Dantas.

Além dessa assessoria direta dos consultores da Casa, a comissão contará com a ajuda de pelo menos quatro economistas convidados pelo presidente José Sarney: o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda do governo Lula Marcos de Barros Lisboa, o ex-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Luiz Guilherme Schymura e o especialista em mercado de trabalho e considerado um dos idealizadores do Bolsa Família, José Márcio Camargo, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Eles participarão já do primeiro debate da comissão, nesta quinta-feira.

Na solenidade de instalação, no Plenário, Sarney disse que "o enfrentamento da crise exige medidas criativas e com

respaldo em diversos segmentos econômicos e sociais, cuja interlocução é tarefa e vocação do Parlamento".

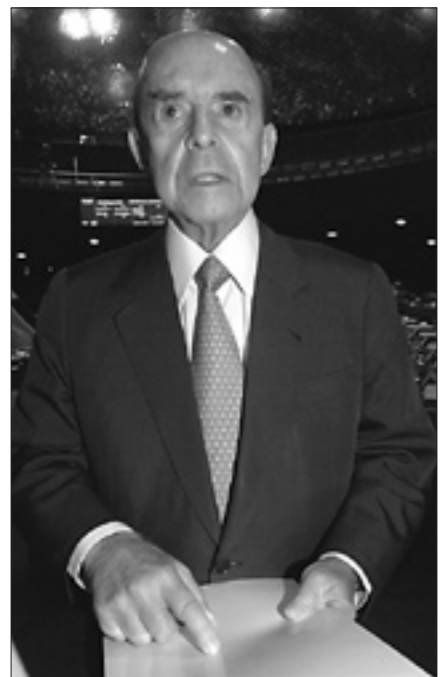
Jereissati observou que o desemprego já aflije o país e o desaquecimento da indústria fica mais claro a cada dia. A perda de arrecadação federal, estadual e municipal é uma realidade "dramática" em muitos lugares, disse.

– Isso exige um trabalho coletivo dos três Poderes para proteger a qualquer custo o emprego dos brasileiros.

Marco Maciel reforçou que o Congresso não poderia ficar indiferente a essa crise.

Nas manifestações de apoio à iniciativa de Sarney, Flávio Arns (PT-PR) considerou essencial a composição suprapartidária da comissão.

Renato Casagrande (PSB-ES) elogiou as decisões do governo brasileiro, mas avaliou que a crise "é tão séria" que nem mesmo o arsenal de medidas adotadas pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, conseguiu controlar seus efeitos. José Nery (PSOL-PA) disse que é fundamental ouvir sindicalistas e trabalhadores sobre a crise.



Dornelles, que preside a comissão, determinou a edição de boletins periódicos sobre a crise, elaborados pela Consultoria do Senado

Em seu primeiro dia de funcionamento, foi divulgado boletim inicial sobre o retrato da crise, com os principais indicadores econômicos do Brasil e do exterior (*veja ao lado*). O informe inclui dados sobre o comportamento do mercado financeiro, câmbio, inflação, produção industrial, nível de emprego e renda, consumo, evolução do PIB e das finanças públicas desde o ano passado, quando começou a crise. As informações detalhadas são dispostas em gráficos.

Fundos, bolsas e, depois, o mundo inteiro tremeu

A crise financeira internacional, deflagrada no segundo semestre de 2008, teve como epicentro os mercados de derivativos de crédito lastreados em títulos hipotecários do mercado norte-americano nas principais praças financeiras internacionais.

Embora em meados de 2007 já houvesse sinais de deterioração de fundos com fortes aplicações nesses títulos, só em março de 2008 a primeira instituição financeira foi socorrida. A partir de agosto o sistema financeiro norte-americano sobreviveu graças aos socorros governamentais. Importantes instituições faliram e, em 16 de setembro, verificou-se queda generalizada nas bolsas de valores de diversos países. Wall Street perdeu quase 500 pontos, cerca de 5%.

Os mercados europeus foram contaminados, levando os bancos centrais e os governos a promoverem ações de socorro a instituições e de provimento de liquidez. A forte retração do crédito gerou um acordo inédito para corte de taxas de juros, que nos EUA chegou a 1% em final de outubro.

Nas economias emergentes, vieram a falta de liquidez e a retração de crédito, além de fortes pressões contra as moedas (inclusive o

real), que se desvalorizaram frente ao dólar. A exceção relevante é o yuan chinês, que teve leve valorização.

Um fenômeno dessa crise é a diferença entre a liquidez oferecida pelos bancos centrais ao sistema financeiro e a oferta de crédito ao setor produtivo e aos consumidores. Esse descompasso reflete a grande incerteza nos mercados sobre a real capacidade de pagamento dos tomadores e sobre o ritmo de recuperação da atividade econômica.

Além da intervenção no sistema financeiro, os governos se verão na contingência de efetuar políticas fiscais expansionistas de modo a evitar ou, ao menos, reduzir as tendências recessivas nas economias. Em vista da redução da arrecadação e da diminuição do comércio internacional, é provável que essas políticas expansionistas se deem à custa do aumento do endividamento público.

A comissão irá analisar as repercussões da atual crise financeira sobre o Brasil, avaliar seus desdobramentos e considerar medidas que reduzam seus efeitos negativos ou permitam aproveitar as oportunidades que eventualmente se apresentem para o país nesse ambiente de transformação.

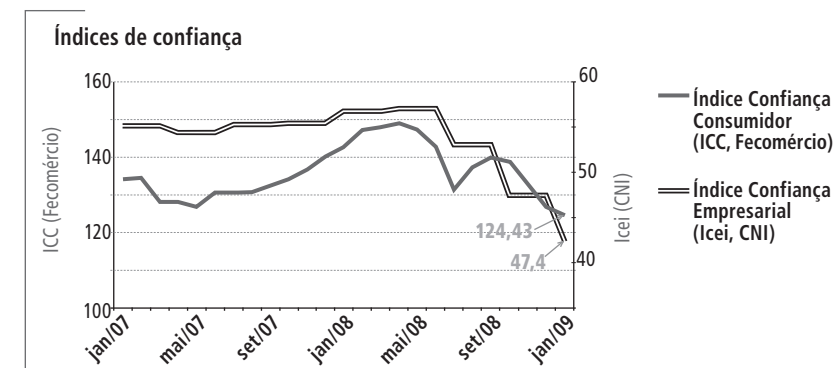
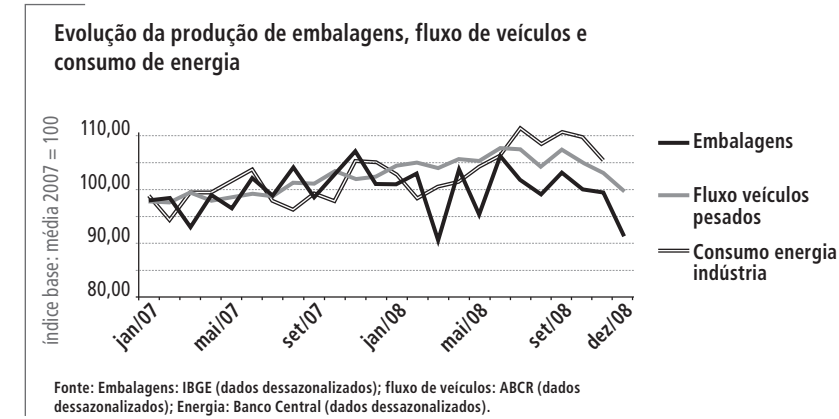
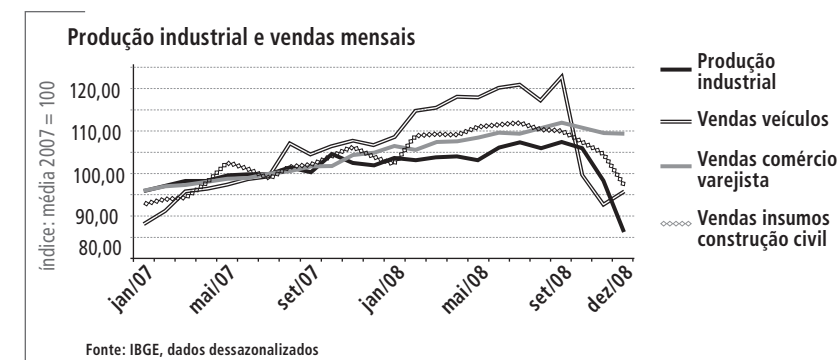
Impacto mais intenso até agora se registra na atividade industrial

A crise tem se manifestado por meio de quedas tanto da produção quanto do consumo, mas, neste momento inicial, o impacto sobre a produção tem sido mais intenso: entre novembro e dezembro, a queda na produção industrial foi de 12,4% e nas vendas de insumos para construção civil, de 7,3%. Já no comércio a queda é bem menor (0,3%). Essa relativa estabilidade está associada a um mercado de trabalho ainda pouco afetado pela crise, o que, por sua vez, tem sido um fator de sustentação da demanda agregada.

Apesar de as vendas no varejo terem apresentado comportamento estável em dezembro, houve redução substancial em alguns segmentos, como o automobilístico – setor mais dependente de crédito e de expectativas positivas para o futuro.

Outros indicadores do nível de atividade, como produção de embalagens, fluxo de veículos pesados e consumo de energia elétrica na indústria também mostram quedas significativas no último trimestre de 2008.

A confiança do consumidor, tanto em relação ao momento atual quanto em relação às expectativas futuras, caiu substancialmente desde o 3º trimestre de 2008, mas ainda se encontra acima do limiar de cem, que indica que há mais pessoas com expectativas positivas do que negativas.



Confira os efeitos sobre o valor das moedas, inflação, juros e crédito

A deterioração dos balanços de grandes instituições financeiras internacionais no meio do ano, a crise de confiança que se seguiu e o consequente enguamento no crédito levaram a forte contração da atividade econômica nas economias centrais e a expressiva piora das expectativas. As bolsas sofreram quedas bruscas em todo o mundo. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, caiu de quase 13 mil pontos, em abril de 2008, para 8 mil pontos em janeiro de 2009. A bolsa de São Paulo, a principal da América Latina, teve impacto de magnitude ainda maior, experimentando uma queda de aproximadamente 50% no mesmo período.

O mercado de moedas gerou movimentos ambíguos. Em relação ao dólar norte-americano, as principais moedas europeias – euro e libra – sofreram importante depreciação. O mesmo se deu com o real, que desvalorizou aproximadamente 45%. Já o yuan chinês (5%) e o iene japonês (16%) tiveram valorização.

Embora não tenha havido queda significativa no volume das reservas internacionais brasileiras, o risco país sofreu considerável elevação a partir de maio, saindo de menos de 200 pontos-base acima da remuneração dos títulos do Tesouro norte-americano e chegando, em novembro, a 600 pontos-base. Passada

a fase de maior pânico, o risco país caiu a partir de novembro, mas não voltou aos patamares anteriores.

A despeito da repentina depreciação de 45% do real frente ao dólar ocorrida desde julho de 2008, não houve impacto relevante sobre a inflação ao consumidor medida pelo IPCA. O efeito parece ter sido compensado pela redução dos preços das *commodities* e pela queda da demanda interna e externa.

Essa conjuntura é compatível com juros em decli-

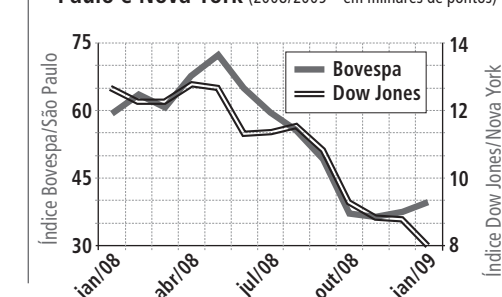
rio. O que tem variado é a velocidade na queda. Nas economias desenvolvidas, a queda tem sido mais veloz do que em economias emergentes. No Brasil, Chile e México, a redução na taxa básica observada entre dezembro e janeiro foi similar, da ordem de 1 ponto percentual. Já em termos relativos, como partiu de um patamar mais elevado, o corte de juros foi mais suave no Brasil.

Ao contrário do que se observou nas economias

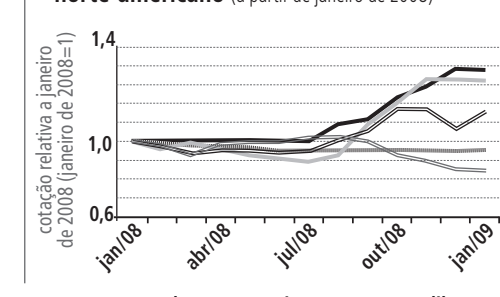
centrais, não houve queda na concessão de crédito no Brasil. Ocorreu, sim, uma inflexão, ou seja, o saldo de empréstimos continuou crescendo, atingindo R\$ 1,3 trilhão no final de 2008, mas a um ritmo menor.

Apesar de o saldo de empréstimos não ter diminuído, o custo de financiamento subiu no segundo semestre de 2008. A taxa média de *spread* embutida nas operações de crédito aumentou cerca de 6 pontos percentuais entre junho e dezembro de 2008.

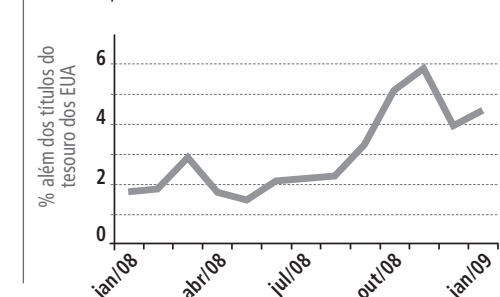
Evolução das bolsas de valores de São Paulo e Nova York (2008/2009 – em milhares de pontos)



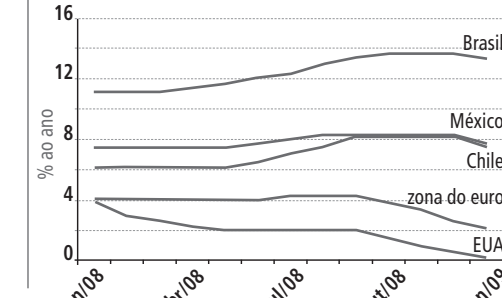
Divisas internacionais frente ao dólar norte-americano (a partir de janeiro de 2008)



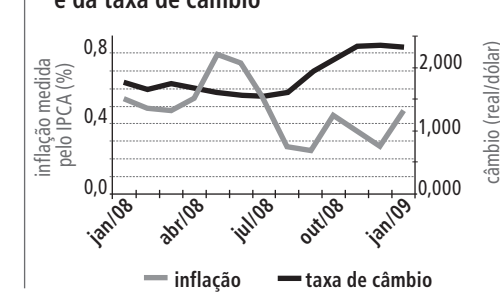
Evolução do risco país do Brasil (como spread sobre os títulos brasileiros Global 40)



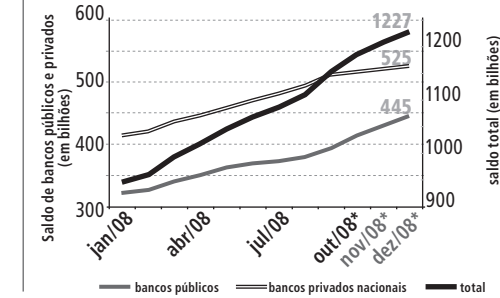
Taxa básica de juros de economias selecionadas



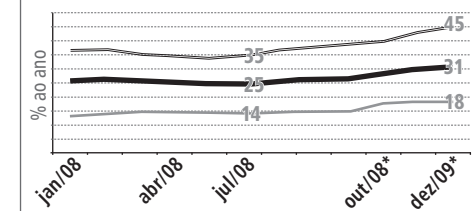
Comparativo entre a evolução da inflação e da taxa de câmbio



Saldo de empréstimos por origem do capital



Taxa média de spread embutida nas operações de crédito



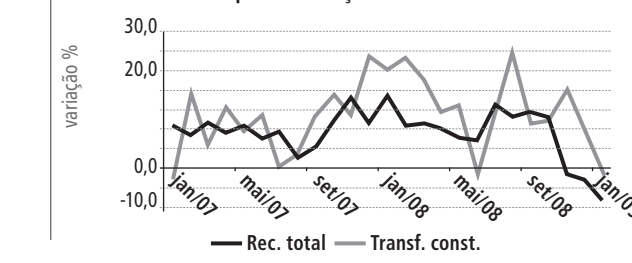
União arrecadou 8% a menos em janeiro

A receita total da União, em 2008, foi de R\$ 716,7 bilhões, sendo R\$ 553,2 bilhões do Tesouro e R\$ 163,4 bilhões da Previdência. Isso representa um aumento real de 9,6% em relação a 2007. Entretanto, a partir do mês de novembro de 2008, a receita total vem apresentando queda em termos reais na comparação mensal.

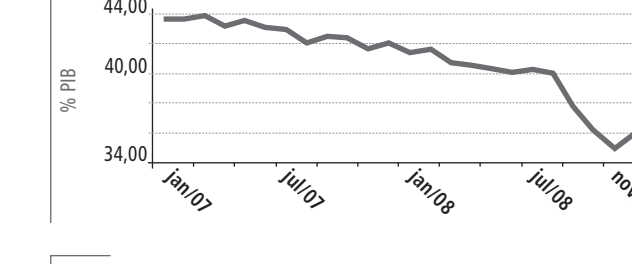
As rubricas que mais contribuíram para esse resultado negativo foram o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, o Imposto sobre Produtos Industrializados e as contribuições (PIS/Pasep, Cofins e CSLL), e, a partir de dezembro, as medidas de isenção tributária e o alongamento de prazos de pagamento de tributos (adotadas para reduzir os impactos sobre setores mais dependentes do crédito, como o automotivo).

Em janeiro, a queda da arrecadação real foi de 8%, comparada com 2008. Mas o Imposto de Renda na fonte aumentou 28%, em função de a crise não ter atingido ainda, em toda a sua intensidade, os rendimentos do trabalho e capital.

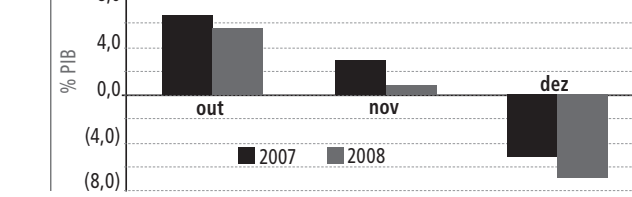
Receta da União e transferências constitucionais para estados e municípios – variação real – 12 meses



Relação dívida/PIB do setor público



Resultado primário - % PIB

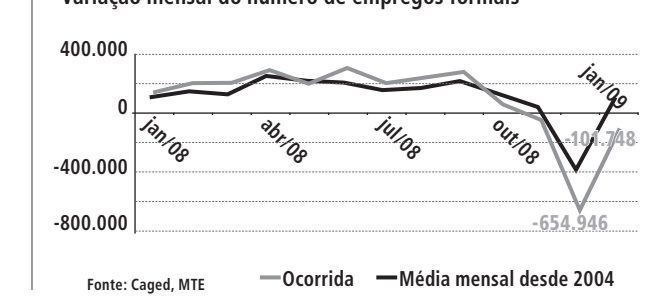


Em dois meses, 750 mil empregos desapareceram

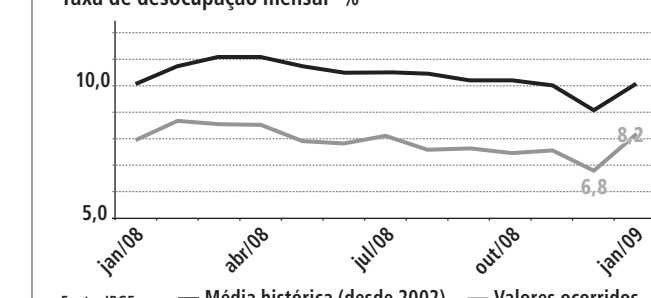
O impacto da crise manifestou-se mais intensamente sobre a geração de empregos formais. Entre janeiro de 2008 e janeiro de 2009, houve a geração de 1,3 milhão de empregos formais no país. Entretanto, esse resultado é fortemente influenciado pelo desempenho da economia na fase pré-crise. De dezembro de 2008 a janeiro de 2009, houve perda de 750 mil vagas, enquanto que o padrão histórico levaria, para esses dois meses, à eliminação de 300 mil postos de trabalho.

Entretanto, outros indicadores mostram que o mercado de trabalho ainda não foi severamente afetado pela crise. A taxa de desocupação mensal aumentou 1,4 ponto percentual, entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, mas permanece abaixo da média histórica.

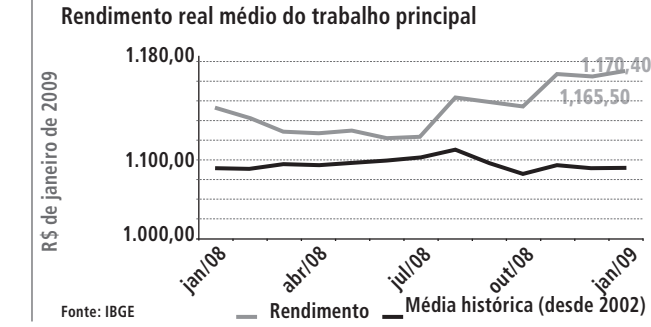
Varição mensal do número de empregos formais



Taxa de desocupação mensal - %



Rendimento real médio do trabalho principal



Balança: primeiro resultado negativo desde 2001

Ao longo de 2008, a balança comercial acumulou saldo positivo de US\$ 24,7 bilhões (exportações de US\$ 197,9 bilhões e importações de US\$ 173,1 bilhões). O saldo de transações correntes ficou negativo em US\$ 28,3 bilhões, o que foi compensado pelo resultado da conta de capital e financeira, que atingiu US\$ 32,9 bilhões. O resultado final do balanço de pagamentos em 2008 foi de US\$ 2,9 bilhões. Já em janeiro de 2009, a balança comercial apresentou seu primeiro resultado negativo desde março de 2001 (*ver gráfico abaixo*).

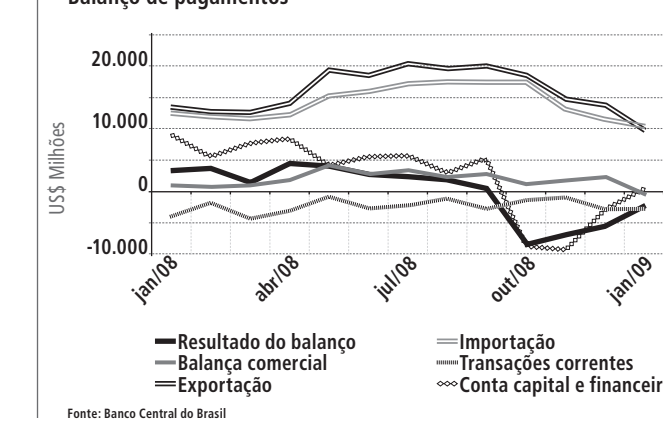
De outubro a dezembro de 2008, o balanço de pagamentos apresentou sucessivos resultados negativos. São resultados que se explicam, basicamente, pelo movimento de capitais na conta financeira. Nessa conta registram-se os investimentos diretos (participação no capital de empresas e empréstimos intercompanhia), os investimentos em carteira (negociação de valores mobiliários), os derivativos (liquidação de haveres e obrigações em mercados a termo) e outras aplicações (créditos comerciais, empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros).

No mesmo período, a balança comercial seguiu registrando superávits, respectivamente, de US\$ 1,2, US\$ 1,6 e US\$ 2,3 bilhões. Esses resultados, contudo, não se demonstraram suficientes à cobertura da saída de capitais por intermédio da conta financeira.

Em janeiro deste ano, o déficit no balanço de pagamentos sofreu importante redução, não obstante a apuração de déficit, na balança comercial, de US\$ 0,5 bilhão. A redução deveu-se, basicamente, ao equilíbrio entre o movimento de saída e entrada de capitais por intermédio da conta financeira.

O mês de fevereiro de 2009 registra recuperação da pauta comercial. Com exportações de US\$ 9,6 bilhões e importações de US\$ 7,8 bilhões, a balança comercial apresentou superávit de US\$ 1,8 bilhão.

Balanço de pagamentos





Produção de grãos, que movimentava a economia de cerca de 70% dos municípios do país, deve cair 4,9% na safra que está sendo colhida, segundo a Conab

Crise já chegou ao agronegócio brasileiro

A crise econômica mundial deve atingir em cheio o agronegócio, principal responsável pelo desempenho positivo da balança comercial e um dos esteios do PIB (produto interno bruto) brasileiro, pela combinação perversa de quatro fatores: a escassez e o alto custo do crédito; a queda de preços dos produtos no mercado externo; o aumento das medidas protecionistas dos países compradores e a redução da demanda; e o clima, cada vez mais incerto. Veja nesta página e na próxima o que governo e Congresso pretendem fazer para minimizar o impacto da crise sobre o setor.

Renda no campo deve ter queda de 8,4%

Depois de bater sucessivos recordes de produção e receita em 2007 e 2008, a agricultura brasileira de grãos vai recuar este ano. Segundo o Ministério da Agricultura, a renda do produtor com a safra de arroz, feijão, milho, soja, trigo e outros grãos – responsável por movimentar a economia de cerca de 70% dos municípios brasileiros – deve encorher R\$ 13,8 bilhões em 2009, recuando para R\$ 149,6 bilhões, uma queda de 8,4% em relação aos R\$ 163,4 bilhões de 2008.

Além de um menor volume de exportações, haverá menos dinheiro para a compra de máquinas e implementos e menores recursos para investir na próxima safra ou saldar as dívidas com

bancos e *tradings*.

Café, milho e soja foram as culturas que mais influenciaram o resultado, já que representam 45,6% do valor da produção agrícola, e as mais fortemente afetadas pelo clima desfavorável e pela queda nos preços.

Segundo análise do ministério, divulgada em 9 de fevereiro, a estimativa para este ano está muito próxima à de 2003, em que a renda foi de R\$ 148,5 bilhões.

Entre os 20 produtos analisados pelo ministério, cinco apresentaram aumento de renda em relação ao ano passado, com destaque para amendoim (31,3%), laranja (13,6%) e arroz (12,7%), resultado que se deve à maior produção ou ao melhor

preço, ou, ainda, à combinação dos dois fatores.

IBGE e Conab preveem redução na safra

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil deverá produzir, na safra 2008/2009, 5,9% menos que na safra 2007/2008.

Outro levantamento, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), prevê que a produção de grãos na safra 2008/2009, que está sendo colhida, deve cair 4,9%. Segundo a Conab, o clima adverso é o principal fator da redução da safra nacional. A região Sul é a mais atingida pela quebra. A estimativa de produção caiu em 4,8%.

Exportação de couro foi a que mais caiu

Comparativo da participação dos principais produtos de exportação do agronegócio brasileiro no total exportado em janeiro de 2008 e janeiro de 2009

Produto	jan/08 (US\$ milhões)	jan/09 (US\$ milhões)	Varição
Cereais, farinhas	159,15	267,06	67,80%
Açúcar, álcool e derivados	402,2	659,26	63,91%
Fumo e derivados	132,33	131,2	-0,90%
Café	335,56	315,38	-6,01%
Soja e derivados	703,4	639,57	-9,10%
Sucos de fruta	188,34	145,89	-22,50%
Produtos florestais	777,81	588,54	-24,30%
Carnes	1.061,20	784,3	-26,09%
Fibras e produtos têxteis	142,45	100,24	-29,63%
Couros e derivados	310,4	181,08	-41,66%
TOTAL	4.635,53	4.152,25	-10,43%

Fonte: AgroStar Brasil a partir de dados da Secex/MDIC. Elaboração: Ministério da Agricultura

Agricultura apresenta perdas e pecuária amarga desaceleração

Segundo análise do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Universidade de São Paulo, com o apoio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o PIB do agronegócio brasileiro decresceu 0,42% em novembro, seguindo a trajetória de queda iniciada em outubro. Embora a agricultura tenha recuado 0,75%, a pecuária, ainda que desacelerando, cresceu 0,38% em novembro.

Se, dentro da porteira, vem ocorrendo ligeira recuperação na agricultura e ganho pequeno na pecuária, segundo o Cepea a agroindústria segue em dificuldade, com um desempenho negativo de 0,48% em novembro, metade da retração de outubro. No acumulado do ano, a indústria do agronegócio acumulou

crescimento de apenas 0,69%.

Para o Cepea, o segundo semestre de 2008 trouxe uma mudança de rumo ditada pela queda no mercado de alimentos e energia em nível global, que deve se acentuar este ano, já que os preços não devem se recuperar no próximo ano.

Já o saldo da balança comercial de fevereiro foi positivo em US\$ 1,7 bilhão, após um preocupante saldo negativo de US\$ 524 milhões em janeiro. Mas esse desempenho deve-se principalmente à queda nas importações.

Para 2009, o Banco Central prevê superávit na balança de US\$ 14 bilhões. O resultado será pior em relação a 2008 e o desempenho externo do agronegócio será mais uma vez crucial para o país.

Países apelam para protecionismo e prejudicam exportações do Brasil

Afetados pelo rolo compressor da crise, os países apelam para o aumento de tarifas, as mudanças nas cotas e a elevação de subsídios aos seus produtores, prejudicando as exportações brasileiras. A crise global deve dificultar ainda mais os acordos de livre comércio, multilaterais ou bilaterais. Embora o livre-comércio seja, em teoria, o melhor remédio para a crise, na prática, os países estão com medo e propensos a aumentar o subsídio aos seus produtores na tentativa de reanimar o agronegócio.

Soja, carnes suína e bovina e derivados do leite são os itens mais afetados pelo protecionismo internacional, especialmente em países emergentes. De acordo com o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, as principais medidas protecionistas foram tomadas

pela Rússia, que fixou preços internos para lácteos, pães e óleos vegetais, além de reduzir a cota de carne suína brasileira em 50 mil toneladas e elevar a tarifa extracota de 40% para 65%.

Terceiro maior comprador do óleo de soja brasileiro, a Índia aplicou tarifa de 20% sobre o produto. Os indianos restringiram ainda as exportações de produtos chaves como açúcar, trigo e arroz. Já a União Europeia aumentou os subsídios para frangos e derivados do leite.

Como uma parte importante das vendas dos principais produtos do agronegócio é realizada de forma antecipada e os contratos foram fechados com preços elevados em 2008, a queda nos preços internacionais não refletiu substancialmente nas estatísticas das exportações brasileiras do setor em 2008.

Crescimento mensal do PIB do agronegócio nacional (%)

2007/2008	Crescimento
Novembro/2007	0,81
Dezembro	1,61
Janeiro	0,86
Fevereiro	0,93
Março	0,99
Abril	1,01
Maió	1,00
Junho	0,87
Julho	0,89
Agosto	0,25
Setembro	0,50
Outubro	-0,88
Novembro/2008	-0,42
Acumulado	6,15

Fontes: Cepea/USP e CNA

Escasso, crédito recua também com inadimplência

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, confirmou na última terça-feira que está negociando com a área econômica do governo a liberação de R\$ 90 bilhões a R\$ 100 bilhões para a safra 2009/2010, que começa a ser plantada em meados de setembro.

De acordo com Stephanes, só será possível detalhar melhor o Plano de Safra 2009/2010 em abril. Questionado se o governo reajustará os preços mínimos de garantia, como querem os produtores rurais, o ministro respondeu que “muito provavelmente”.

Para a safra 2008/2009, o governo anunciou a liberação de R\$ 78 bilhões, mas, com o agravamento da crise, anunciou novas liberações de crédito.

Como o setor agrícola é altamente dependente de crédito para financiar o plantio e formar capital de giro até a venda da safra, os produtores rurais recorrem basicamente a duas fontes de recursos: à governamental, via Banco do Brasil, e às chamadas *tradings*, empresas compradoras ou fabricantes de insumos agrícolas, em geral multinacionais.

Maiores credoras das grandes produtoras, as *tradings* reduzi-

ram a oferta de crédito porque não estão conseguindo captar recursos no mercado externo, devido à crise. Em 2007, essas companhias emprestaram 53% do que o produtor precisava para custear a safra, contra apenas 34% no ano passado.

Ainda que no início do plantio da safra 2008/2009 os produtores tenham tido prazo para renegociarem suas dívidas, essa renegociação aumenta o grau de risco, o que, em vários casos, dizem os produtores, restringe o crédito.

Mesmo podendo pagar apenas 40% do valor da parcela de 2008 e renegociar o restante em parcelas com vencimento após o fim do prazo do contrato inicial, produtores que renegociaram estão com dificuldade para cumprir o acordo. A queda do preço dos produtos no mercado externo explica o problema desses produtores, que são levados à inadimplência e, portanto, têm extinto seu acesso a novos créditos.

Sem acesso ao crédito oficial e sem o apoio das *tradings*, muitos produtores reduziram a área de plantio ou os recursos usados na produção, o que já se reflete na redução das estimativas para a safra 2009.



JANE ARAÚJO

de preços muito baixos, em que só o atravessador ganha, o que vai prejudicar as próximas safras.

A política de crédito atual não atende a essa demanda?

A demora na chegada do crédito até o produtor compromete a safra. As medidas têm que ser mais rápidas, do contrário o produtor pode não usar ou fazer uso de alto risco do crédito, em que ele planta fora de hora, arriscando a perder a safra com a mudança do clima.

O que estará na agenda da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária neste semestre?

Vamos debater bastante, fazer audiências públicas, chamar a atenção principalmente para o problema do alto preço dos insumos e dos combustíveis. É impressionante como o preço do petróleo despenca lá fora, mas o nosso custo de produção, que depende do petróleo que temos em abundância aqui, não baixa. O governo precisa abrir mão de alguma coisa.

Na sua visão, como o Senado pode ajudar?

A comissão precisa e vai ser o conselheiro do produtor. Vamos ecoar a voz do produtor de maneira que ele se faça ouvido.



Reinhold Stephanes negocia com a área econômica do governo a liberação de até R\$ 100 bilhões para a safra 2009/2010

Mais crédito e menos tributos para produtores

Em reunião na última terça-feira, na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do



GERALDO MAGELA

Proposta da CNA, apresentada por Kátia Abreu, é transformar propriedades rurais em empresas

Brasil (CNA), em Brasília, a presidente da entidade, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), apresentou a um grupo de senadores proposta para reestruturar o modelo de crédito rural e o sistema tributário para o produtor.

A ideia central da proposta, que está sendo discutida com os ministérios da Fazenda e da Agricultura e com o Banco do Brasil, é transformar as propriedades rurais em empresas (pessoas jurídicas), formalizando a atividade.

Na parte do crédito rural, um dos instrumentos sugeridos é a criação de uma central única de cadastro dos produtores, à qual todos os agentes financeiros teriam acesso. Outra sugestão é estimular a participação das

instituições financeiras por meio do aporte de recursos para financiamento por parte do governo para aquelas que se dispuserem a financiar o produtor. Se o banco oferecer R\$ 100 milhões de crédito, por exemplo, o governo entraria com mais R\$ 40 milhões ou R\$ 50 milhões. Pela proposta, também haveria mais subsídio ao produtor, ao seguro de renda e à produção e menos subsídio ao crédito.

Em relação à tributação, a ideia é criar um Simples Rural, nos moldes do tributo criado em 2006 para empresas de comércio, indústria e serviços, para os produtores que optassem por tornarem-se pessoas jurídicas, reduzindo a carga tributária. (Com Agência CNA.)

Romero Jucá propõe benefícios ao setor rural

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), espera que nesta terça-feira o Plenário vote a medida provisória (MP 445/08) que destina recursos da Caixa Econômica Federal para o financiamento do setor de construção civil.

Além das alterações que a Câmara dos Deputados havia proposto – que transformaram a MP em projeto de lei de conversão (PLV 31/08) –, Jucá também apresentou algumas emendas de relator, como as que prorrogam, até 30 de junho deste ano, os prazos para a renegociação das dívidas agrícolas relacionadas à cafeicultura e à lavoura cacauieira.

São setores que ficaram de fora da última renegociação, realizada no ano passado – afirmou ele, referindo-se ao acordo que resultou na Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Para não perder sua validade, a MP tem de ser aprovada pelo

Congresso até 16 de abril.

As emendas também beneficiam criadores de camarão e fruticultores, ao permitir que, mesmo com dívidas renegociadas e não pagas, eles tenham acesso a novos recursos de investimentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e dos fundos constitucionais.

Originalmente, a MP beneficiava somente o setor de construção civil. Ao permitir que a Caixa deixasse de repassar para o governo federal, até o final de 2010, parte dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio a que a União tem direito, o Executivo abriu a possibilidade de a Caixa utilizar tais recursos para garantir – como se fosse uma espécie de seguro – financiamentos para projetos habitacionais do setor. A garantia é de até 35% do valor de cada financiamento.

– Esse dispositivo original



JOSE CRUZ

Mudanças de Jucá estão na MP que prevê recursos da Caixa para financiar a construção civil

não foi modificado – observou Jucá, acrescentando que suas emendas “corrigem algumas das mudanças feitas na Câmara e também inserem itens da renegociação das dívidas agrícolas que haviam escapado no acordo feito ano passado”.

educação

Piso dos professores é lei, mas ainda não foi implantado

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, pelo menos 17 estados ainda pagam salários abaixo do estabelecido

A pontada como uma das mais importantes medidas para valorizar a educação pública do país, a Lei 11.738/08, que criou o piso salarial nacional dos professores, entrou em vigor em 1º de janeiro passado, mas, até agora, teve como principais resultados uma disputa judicial em torno de alguns de seus dispositivos e uma ameaça de greve nacional dos docentes, sob a alegação de que a maioria dos estados e municípios não estaria pagando o piso.

As questões levadas ao Supremo Tribunal Federal (veja nesta página) não têm relação com o valor do piso em si (R\$ 950 para 40 horas semanais), mas é justamente a falta de recursos a principal razão apresentada pelos governadores e prefeitos, em geral, para explicar a não-implantação plena do piso.

Segundo levantamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE),

pelo menos quatro estados ainda não implantaram o piso (Goiás, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins) e aqueles que o fizeram “falharam” na interpretação da lei, prejudicando a remuneração de muitos educadores. A maioria das prefeituras também não o tem aplicado, sendo que muitas vinculam a remuneração ao salário mínimo.

Pelos dados do IBGE, 37% dos professores ganhavam abaixo do piso salarial nacional hoje em vigor para uma jornada de 40 horas. Já para a CNTE, entre 60% e 65% dos professores brasileiros recebem menos que R\$ 950. “Ainda há professor no Brasil ganhando menos que um salário mínimo”, diz o presidente da CNTE, Roberto Franklin Leão.

O atraso no cumprimento da lei foi duramente criticado pelo autor da proposta, o senador Cristovam Buarque (veja nesta página), para quem governadores e prefeitos não têm justifica-

tivas. Cristovam lembra que há um mês o ministro da Educação, Fernando Haddad, defendeu no Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília, a implantação do piso e assegurou que o governo federal não hesitará em ajudar com o repasse de recursos necessários.

A questão salarial dos professores espelha a enorme desigualdade regional e social brasileira. Enquanto o Distrito Federal, por exemplo, paga salário inicial de quatro vezes o piso, no seu vizinho e rico estado de Minas Gerais o patamar não chega a R\$ 850. Segundo pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 11 países, a insatisfação dos professores brasileiros – 83,2% dos alunos de quarta série têm professores que reclamaram de sua remuneração – só não é maior que a dos uruguaios, com um índice de insatisfação de 89,4%.



O senador Cristovam Buarque, ex-ministro da Educação, e a senadora Fátima Cleide trabalham agora pela aprovação de novos projetos envolvendo a carreira e a capacitação de docentes e gestores, e o acesso à educação integral



Cristovam critica falta de vontade política

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-ministro da Educação e autor do projeto do piso salarial para os professores, apontou uma saída simples para o impasse na implantação efetiva do piso nos estados e municípios.

– Isso se resolve com duas coisas: esse pessoal [os prefeitos e governadores] querer cumprir o piso e procurar o Ministério da Educação para mostrar que não tem recursos. O MEC está pronto para financiar, o próprio ministro tem dito. A lei estabelece que quem não tiver dinheiro a União ajudará. O problema é que eles não dão importância à educação – criticou Cristovam Buarque.

O senador agora trabalha para aprovar o PLS 4/08, que cria o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação

básica pública, e o PLS 320/08, que assegura educação integral (nos dois turnos) a 3 milhões de novos alunos por ano e institui a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base. Um terceiro projeto (PLS 322/08) garante aos professores das redes públicas de educação básica acesso a cursos superiores de pedagogia e outras licenciaturas, sem necessidade de vestibular.

Essas propostas ainda tramitam nas comissões do Senado, assim como outra proposição de Cristovam que ele considera fundamental para um ensino público de qualidade ao país: a criação da Escola Nacional de Gestores de Educação (PLS 321/08).

– Uma das coisas mais importantes na educação é uma boa gestão. Isso muda tudo. Não só gestão do ponto de vista técnico,

mas também a capacidade de ter uma boa relação com os colegas professores, alunos e pais. E somente os que fizeram o curso de gestão poderão pleitear os cargos de direção escolar afirma o parlamentar.

Já o projeto (PLS 397/08) de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO) quer reservar metade da carga horária dos professores que dão aulas para estudo, planejamento, avaliação e outras atividades.

– Professores concursados das redes públicas de ensino, após três anos de efetivo exercício do magistério, desde que não tenham diploma de graduação, terão acesso gratuito a cursos superiores de pedagogia ou de outra licenciatura de disciplina da educação básica – explica a senadora na proposta.



A questão salarial dos professores espelha a enorme desigualdade regional e social brasileira. No Distrito Federal, por exemplo, o salário inicial é de quatro vezes o piso

Haddad diz que MEC ajudará prefeitos

Há um mês, o ministro da Educação, Fernando Haddad, defendeu, no Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília, a implantação imediata pelos municípios do piso nacional do magistério. Haddad garantiu que, após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) dos três dispositivos da Lei 11.738/08 que tiveram sua aplicação suspensa por medida cautelar, o MEC vai complementar o piso para os municípios que não tiverem condições de pagar.

“O Congresso Nacional só aprovou a lei após a garantia dos recursos. Não foi um gesto irresponsável, mas louvável”, disse o ministro. Haddad lembrou que o governo federal fez as contas antes da sanção da lei e está preparado.

– Fizemos a conta de quanto o governo investia no antigo Fundef. Uma média de R\$ 500 milhões por ano. Depois, de quanto a União investirá no atual Fundeb. Este ano, R\$ 5,1 bilhões. No ano que vem, R\$ 8 bilhões. Com esses valores que estamos aportando no fundo, é possível pagar o piso salarial de R\$ 950 – afirmou o ministro, em entrevista ao portal UOL no final de fevereiro.

Aos prefeitos, Haddad declarou que a valorização dos professores é o caminho para melhorar a qualidade da educação.

– Vocês [prefeitos] prestarão um grande serviço à nação se os professores tiverem destaque na sua cidade e forem vistos como as pessoas responsáveis pelo futuro do país. É a partir dele [professor] que vamos motivar a escola pública, garantir o aprendizado e transformar a realidade.

Para CNTE, a saída é uma greve nacional

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) não tem muitas esperanças de que todos os estados e municípios paguem o piso salarial em curto prazo e por isso prepara uma greve nacional para o mês de abril. Segundo Heleno Araújo Filho, secretário de Assuntos Educacionais da entidade que congrega 1 milhão de trabalhadores da educação (a base total é de 2,5 milhões), os sindicatos vão avaliar a situação neste mês e decidir que rumo tomar no dia 3 de abril, em uma reunião em Brasília.

– Hoje 17 estados pagam valores abaixo do exigido em lei, considerando como parâmetro o vencimento inicial, que é o entendimento da CNTE – justifica Heleno, citando um dos pontos de discordância a ser decidido pelo STF.

Na interpretação da CNTE, nenhum professor poderia receber abaixo de R\$ 950 para uma jornada de no máximo 40 horas semanais, não consideradas as vantagens pessoais. Muitos estados e prefeituras, porém, têm adotado a lei levando em conta o salário integral do professor, que inclui tais vantagens.

– O piso tem que ser aplicado para cada sistema de remuneração. Pernambuco alega que está pagando o piso. Só que os R\$ 950 pagos para a professora é de 40 horas, quando o que achamos é que seria para as 30 horas, que é a jornada oficial do estado. Deveria ser adotada a proporcionalidade para os que trabalham 40 horas.

Segundo a CNTE, as vantagens pessoais, ao invés de se manterem como valor extra, foram incorporadas ao vencimento básico, extinguindo os ganhos da carreira.

Em São Paulo, professores reprovados vão dar aulas

No estado mais rico do país, a questão do piso salarial ficou em segundo plano ao se revelar que em São Paulo existem professores na rede pública que levam zero em provas sobre as matérias que eles deveriam ensinar aos alunos. No dia 17 de fevereiro, 3 mil professores temporários da rede estadual paulista receberam nota zero numa prova realizada pela Secretaria de Educação sobre a matéria que lecionariam.

A polêmica imediatamente começou entre o governo de José Serra (PSDB) e o Sindicato dos Professores (Apeosp), que conseguiu uma liminar na Justiça para impedir que o estado negasse acesso às salas de aula a 1,5 mil dos 3 mil reprovados.

Notas zero não foram o único fato assustador. Segundo a secretária de Educação, Maria Helena Guimaraes de Castro, se a prova fosse usada para destinar salas de aulas a docentes neste ano, 45 mil dos 100 mil professores temporários que já estão em sala de aula teriam sido substituídos por professores de fora, que tiraram notas melhores.

– Dos 214 mil professores que fizeram a prova da matéria que eles desejariam lecionar, apenas 111 acertaram todas as questões.

O sindicato alega que a forma correta de se avaliar os professores é o concurso público e apontam possíveis irregularidades na elaboração (erros de português) e aplicação (falta de sigilo) da prova. Há cerca de 230 mil professores na rede estadual de ensino de São Paulo, dos quais 130 mil prestaram concurso público. Os outros, cerca de 100 mil, trabalham sob regime de contrato temporário. Desde 2006 não é aberto um novo concurso.

No DF, salário é quase quatro vezes o piso

Se o valor do piso salarial nacional de R\$ 950 para professores do ensino básico da rede pública de ensino ainda é descumprido por mais da metade dos estados, segundo aponta a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Distrito Federal está entre as vigorosas exceções.

A capital do país supera em quase quatro vezes o valor mínimo estipulado pela lei e o salário inicial de um professor do magistério com carga de 40 horas semanais é de R\$ 3.227,87, informa a diretora do Departamento de Pessoal da Secretaria de Educação, Jaqueline Aguiar. O salário inicial dos que trabalham 20 horas semanais (R\$ 1.401) também supera com folga o piso nacional.

– A nossa média salarial é de R\$ 4.200. Todos os benefícios previstos na legislação que fixou o piso já eram cumpridos por nós muito antes de ela entrar em vigor. O salário final de um professor hoje está chegando a R\$ 6 mil. O nosso plano de carreira está muito bom – detalha Jaqueline.

O novo plano de carreira do Distrito Federal (Lei 4.075) entrou em vigor em março de 2008 e não faz distinção dos níveis de ensino. Todos os professores precisam ter nível superior (independentemente de atuação no ensino infantil, fundamental ou médio) e o salário inicial é de R\$ 3.227,87. “É o melhor do país”, resume Jaqueline.

Assim como a CNTE, os dados do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) evidenciam a superioridade de remuneração do profissional da educação do DF. Veja no quadro a remuneração média dos professores nos 26 estados e no DF.

STF ainda vai julgar três dispositivos da legislação

Em dezembro passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, em caráter liminar, uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei 11.738/08, movida pelos governadores de Mato Grosso do Sul, Ceará, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. O STF considerou constitucional a lei que determina o piso, mas suspendeu a aplicação imediata de três dos seus dispositivos.

O primeiro determina o uso do vencimento básico como referência para o piso – ou seja, o valor de R\$ 950 não inclui as gratificações recebidas pelo professor por sua formação, como o adicional por especialização ou mestrado e doutorado.

A legislação estabelece que, no primeiro ano de vigência, as gratificações podem ser incluídas no cálculo para o piso. A partir de janeiro de 2010, con-

tudo, o piso abrangerá apenas o salário básico. O Supremo decidiu que a inclusão das gratificações pode continuar sendo feita pelos governos até haver uma decisão final sobre o mérito do assunto, o que ainda não tem data para ocorrer.

O STF também decidiu suspender o cumprimento do item da lei que determina que um terço da jornada seja destinado a atividades extraclasse.

Tudo sobre a Lei 11.738

O que é o piso salarial nacional?

Em 16 de julho de 2008, a Lei 11.738 criou o piso salarial nacional para os professores da rede pública da educação básica. União, estados, Distrito Federal e municípios não poderão pagar valor menor para a jornada de 40 horas semanais.

A partir de que data deve ser pago?

1º de janeiro de 2009, de forma progressiva e proporcional, tendo seu valor integralizado em 1º de janeiro de 2010.

Qual é o valor do piso e a quem se aplica?

Foi fixado em R\$ 950, para os profissionais com formação em nível médio na modalidade normal, com jornada de 40 horas semanais, que atuem em sala de aula ou no suporte à docência. A lei não fixa valor para a remuneração de profissionais com nível superior.

Esse valor inclui gratifica-

ções ou outras vantagens?

Até 31 de dezembro de 2009, a lei admite que, para atingir o valor do piso, sejam computadas as vantagens. Após essa data, o valor do piso deverá corresponder apenas ao vencimento inicial da carreira. A implementação do piso poderá incorporar as vantagens, mas nunca para reduzir a remuneração total.

O que a lei prevê em relação à carga horária?

O piso vale para uma jornada de 40 horas semanais. Pela lei, na composição da jornada de trabalho o limite máximo de atuação em sala de aula será de dois terços dessa carga horária. Esse foi um dos dispositivos cuja aplicação foi suspensa temporariamente pelo STF.

Pode haver jornada inferior a 40 horas?

Pode, desde que respeitado o piso, na proporcionalidade. Assim, quem cumprir jornada de 20 horas semanais não poderá

receber menos que a metade do valor estipulado (R\$ 475).

Quanto deve ser pago ao professor a partir de janeiro de 2009?

Estados e municípios que ainda paguem abaixo do piso deverão reajustar os salários em dois terços (66,6%) da diferença entre o valor do piso e o valor vigente. O terço restante (33,33%) será incorporado em janeiro de 2010.

Como se dará a complementação da União?

Por lei, a União poderá usar recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para ajudar estados e municípios a pagarem o piso salarial a partir de 1º de janeiro de 2010. No entanto, o ministro da Educação, Fernando Haddad, já sinalizou que a ajuda pode chegar ainda este ano.

Fonte: Ministério da Educação

Salário da rede pública de ensino

UF	Nível médio		Licenciatura curta		Licenciatura plena ¹		Carga horária
	Salário	Remun.	Salário	Remun.	Salário	Remun.	
AC	–	–	1.267,65	–	1.675,79	–	30h
AL	473,22	–	903,60	–	1.015,00	–	20h
	946,45	–	1.807,21	–	2.030,00	–	40h
AM	499,00	713,47	563,00	804,99	665,00	950,85	20h
AP	913,62	1.781,56	1.041,54	2.031,00	1.145,68	2.234,08	40h
BA	415,01	656,46	420,77	665,56	547,00	717,55	20h
	830,02	1.312,92	841,54	1.331,12	1.094,00	1.435,11	40h
CE	218,00	328,20	323,24	484,86	392,91	589,37	20h
	437,58	656,37	646,50	969,75	785,84	1.178,76	40h
DF	692,15	959,66	790,02	1.086,90	880,00	1.203,87	40h
	1.384,29	2.551,59	1.580,03	2.903,92	1.760,00	3.227,87	40h
ES	467,09	–	632,02	–	673,99	–	25h
GO	357,84	–	404,59	–	542,34	–	20h
	536,76	–	606,89	–	813,55	–	30h
	715,68	–	809,19	–	1.084,71	–	40h
MA	367,35	734,71	454,93	1.046,34	609,64	1.402,18	20h
MG	336,26	850,00	410,24	850,00	500,49	850,00	24h
MS	498,75	798,00	–	–	748,13	1.197,00	20h
	997,50	1.596,00	–	–	1.496,25	2.394,00	40h
MT	966,72	–	–	–	1.450,08	–	30h
PA	380,00	450,00	380,00	450,00	407,14	814,28	20h
PB	454,89	636,85	500,00	612,00	523,12	732,37	25h
PE	445,00	712,00	–	–	467,00	762,00	30h
	593,76	950,01	–	–	635,00	1.016,00	40h
PI	465,00	580,00	–	–	540,00	670,00	20h
	930,00	1.160,00	–	–	1.080,00	1.340,00	40h
PR	487,33	690,42	522,14	725,23	696,18	899,27	20h
RN	620,00	–	–	–	868,00	–	30h
RO	320,12	425,75	422,47	561,88	538,82	716,63	20h
	640,24	851,51	844,94	1.123,77	1.077,63	1.433,24	40h
RR	928,76	1.392,76	–	–	1.289,78	1.753,78	25h
RS	272,70	–	354,50	–	504,50	–	20h
SC	509,46	1.045,24	650,37	1.144,96	830,25	1.189,81	40h
SE	425,87	681,39	484,98	775,96	738,20	1.181,12	40h
SP	748,24	970,88	–	–	–	–	24h
	935,01	1.213,26	–	–	–	–	30h
SP ²	–	–	–	–	785,50	958,53	24h
	–	–	–	–	981,88	1.198,16	30h
SP ³	–	–	–	–	909,32	1.100,92	24h
	–	–	–	–	1.136,64	1.376,14	30h
SP/Capital	928,20	–	988,58	–	1.121,26	–	30h
TO	877,00	–	1.031,00	–	2.020,00	–	40h

Salários referem-se ao pagamento de professores do ensino básico, em início de carreira.

Alguns dados já são de janeiro de 2009.

¹ Desconsideradas as gratificações pessoais

² Professores das séries iniciais

³ Professores da 5ª série em diante

Fonte: Entidades filiadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

debates



Discurso sobre corrupção feito por Jarbas Vasconcelos (foto menor) gerou debate de cerca de três horas: tema foi motivo de polêmica após entrevista à revista *Veja*



Jarbas aponta medidas de combate à corrupção

Como principal arma, senador defende reforma política que inclua, entre outros pontos, financiamento público de campanha e fidelidade partidária

Um debate de cerca de três horas sobre corrupção movimentou o Plenário do Senado na terça-feira passada, após um incisivo discurso de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Diversos senadores se revezaram em apartes para discutir meios de combater uma situação classificada pelo orador como de “degeneração”.

– O exercício da política não pode ser transformado em um balcão de negócios. O que se vê hoje é um sentimento de descrença, com a impunidade correndo as bases da democracia.

O mesmo tema foi abordado pelo senador semanas atrás em entrevista à revista *Veja*, provocando grande polêmica dentro e fora de seu partido. Para ele, esse foi o motivo do que considerou

“atitude de retaliação mesquinha”, que foi seu afastamento, pelo líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Diante disso, Jarbas Vasconcelos comunicou à Mesa que recusará qualquer indicação da Liderança do PMDB para comissão no Senado.

O senador pernambucano indicou como principal arma contra a corrupção a aprovação da reforma política. A reforma pretendida por Jarbas inclui quatro pontos: financiamento público de campanha, fidelidade partidária, fim das coligações em eleições proporcionais e implantação de uma cláusula de desempenho.

Promover uma profunda reformulação no Orçamento Geral da União é outra medida urgente a ser tomada pelo Congresso, na

avaliação do senador.

Jarbas Vasconcelos anunciou ter apresentado projeto de lei proibindo que as diretorias financeiras de empresas estatais sejam ocupadas por indicações partidárias. O cargo será exclusivo de funcionários de carreira da empresa ou autarquia. Além disso, os candidatos a diretores deverão ser aprovados pelo Senado, da mesma forma como ocorre com as agências reguladoras.

A questão da impunidade também foi abordada pelo senador. Ele apresentou duas propostas, embora, antes de enumerá-las, tenha antecipado que não eram originais. A primeira foi a criação de uma agência anticorrupção e a segunda, a retomada do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Senadores são unânimes quanto à necessidade de moralização

Os senadores que debateram com Jarbas Vasconcelos o tema “corrupção” destacaram, de uma forma unânime, a necessidade de se adotarem medidas de combate ao mal no país. Entre eles, manifestou-se Tasso Jereissati (PSDB-CE), que observou que desde o episódio conhecido como mensalão o país vem se desintegrando moralmente. O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) apontou que o Orçamento da União transformou-se não apenas em um mecanismo usado para negócios, mas, sobretudo, em um instrumento de dominação do Legislativo pelo Executivo.

Para Tião Viana (PT-AC), o Congresso não deve esperar ou transferir a responsabilidade pela aprovação da reforma política para o Executivo. Demostenes Torres (DEM-GO) lembrou que só depende dos próprios parlamentares evitar que o governo federal tranque a pauta das duas Casas e o Judiciário legisle pela omissão do Parlamento. Já Marco Maciel (DEM-PE) disse que se a reforma política não for aprovada este ano também não o será no próximo, em virtude das eleições. E Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou a participação dos movimentos sociais na mobilização contra a corrupção.

Romero Jucá defende governo Lula após discurso de Jarbas

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que considerou muito construtivo o discurso de Jarbas Vasconcelos. Na opinião de Jucá, foi um pronunciamento que traçou caminhos e apresentou propostas com que todos concordam.

– Todos nós queremos o combate à corrupção, a reforma partidária, o fortalecimento dos partidos, a nitidez ideológica, a fidelidade. Enfim, instrumentos para que a democracia brasileira possa se fortalecer ainda mais – destacou.

Romero Jucá ressaltou, no entanto, que teria faltado ao discurso de Jarbas Vasconcelos um registro dos esforços que o governo do presidente Lula estaria empreendendo para conter a corrupção no país, tomando todas as providências para a apuração de casos denunciados.

– O governo tem estruturado e fortalecido a Polícia Federal; a CGU [Controladoria Geral da União]; tem atuado em conjunto e plenamente com o Ministério Público Federal; e tomado todas as providências necessárias para que os casos apontados possam ser efetivamente apurados e os culpados punidos – argumentou Jucá.

decisões

Plenário aprova indicações para embaixadas e agências

Com 49 votos favoráveis e 5 contrários, o Senado aprovou a indicação de Arnaldo Carrilho para ser embaixador na Coreia do Norte. O Brasil passa a ser o primeiro país sul-americano a contar com embaixada em Pyongyang, capital coreana. Outras oito indicações foram aprovadas: Edmundo Fujita para a embaixada na Coreia do Sul; Everton Vargas para a da Alemanha; Frederico Meyer, embaixador no Cazaquistão, para a representação junto às repúblicas do Turcomenistão

e Quirguiz; o ex-ministro da Defesa José Viegas para as embaixadas na Itália, em San Marino e na Albânia. Luiz Corrêa, responsável pela representação no Vaticano, acumulará com a de Malta.

Também foram aprovados: Paulo Varella para diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Nelson Moreira para diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Herbert Drummond para diretor do Departamento de Infraestrutura de Transporte do Dnit.

CRE APROVA SETE ACORDOS INTERNACIONAIS

Em sua primeira reunião deliberativa do ano, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou acordos internacionais assinados pelo Brasil com Barbados (PDS 279/08), com os estados que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PDS 280/08), a CPLP, com o Uruguai (PDS 282/08), com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (PDS 275/08), a Unctad, com o Panamá (PDS 284/08), com a Suécia (PDS 287/08) e com a Alemanha (PDS 268/08). A CRE aprovou também a criação da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira e a realização de audiências públicas sobre as metas do milênio, de redução dos problemas sociais no mundo.

MUDANÇAS NO REGIMENTO

A comissão temporária de reforma do Regimento Interno do Senado propôs que um bloco parlamentar seja considerado extinto caso deixe de contar com o número mínimo exigido para a sua existência: um décimo da composição da Casa (8,1 senadores). Também foi aprovado dispositivo que impede um partido político de integrar mais de um bloco parlamentar durante uma legislatura (quatro anos). A decisão final será do Plenário.

TUMA NA CORREGEDORIA

Com 57 votos favoráveis e um contrário, Romeu Tuma (PTB-SP) foi reconduzido ao comando da Corregedoria Parlamentar – cargo que ocupa desde 2002, quando foi instalado o órgão. O cargo é preenchido por indicação da Mesa do Senado, para um mandato de dois anos, e independe de partidos ou acordo de lideranças. Tuma lamentou o fato de não poderem ser apurados os delitos cometidos pelo parlamentar antes do mandato.

agora é lei

Cai prazo para contestar contas de advogados

Foi reduzido de dez para cinco anos o prazo para prescrição do direito dos clientes de propor ações de prestação de contas contra advogados sobre pagamentos por serviços prestados. A Lei 11.902/09, em vigor desde o dia 13 de janeiro, modifica dispositivo do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Lei 8.906/94 – para estabelecer isonomia de tratamento entre as partes.

O estatuto fixava em cinco anos a prescrição para as ações referentes à cobrança de honorários pelos advogados. No entanto, nada dizia com relação ao prazo prescricional para início de ações de prestação de contas, situações em que se aplica a regra geral prevista no Código Civil, de dez anos, como tempo máximo para a iniciativa de ações pessoais.

No Senado, o relator do projeto foi Demostenes Torres (DEM-GO). Ao apoiar a mudança, o senador goiano

justificou que a alteração é “simples e justa” ao exigir prazos prescricionais idênticos aos das ações de prestação de contas e cobrança de honorários.

Demostenes observou que o descasamento entre os prazos era ainda maior no momento em que o projeto de lei foi apresentado à Câmara, pelo então deputado José Roberto Batochio, ex-presidente da OAB. À época, o Código Civil vigente definia em 20 anos o prazo prescricional para a proposição de ações pessoais — mesmo prazo aplicado às ações de prestação de contas. Ele foi reduzido para dez anos com a edição do novo Código Civil, pela Lei 10.406, de 2002.

O presidente nacional da OAB, Cezar Britto, também elogiou a nova lei. De acordo com ele, o prazo agora estabelecido confere tratamento igualitário entre cliente e advogado.

debates

Mozarildo afirma que verba indenizatória é inconstitucional

“A verba indenizatória de R\$ 15 mil que recebemos hoje é completamente inconstitucional”, afirmou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ao explicar proposta de sua autoria que incorpora parte da atual verba indenizatória paga aos senadores ao salário.

De acordo com a PEC 2/09, a verba deixaria de existir, e o salário dos senadores passaria dos atuais R\$ 16 mil para R\$ 24,5 mil. Segundo o senador, a soma do salário com a verba indenizatória hoje é de R\$ 31 mil – rendimento que ultrapassa o teto salarial previsto na Constituição para o setor público, correspondente aos vencimentos de ministro do Supremo Tribunal Federal.

– Os senadores só pagam imposto sobre R\$ 16 mil que recebem a título de provento. Não estou propondo aumento de salário. Estou reduzindo o que ganhamos hoje em cerca de R\$ 7 mil, e ainda passaremos a pagar Imposto de Renda sobre isso – afirmou.

Mozarildo argumentou ainda que a iniciativa não representará aumento em cascata para deputados estaduais e vereadores, já que seus salários estão limitados ao equivalente a 75% dos vencimen-

tos dos deputados federais.

– Os deputados estaduais também recebem verba indenizatória. Portanto, terão que incorporá-la também aos vencimentos.

Combate à corrupção exige conscientização

Mozarildo disse também que é preciso uma grande mobilização para conscientizar o brasileiro, desde a infância.

– Se não votar em corrupto, diminuirá drasticamente a presença de corruptos no país. E temos que conscientizar a juventude de que, por exemplo, furar a fila da merenda é um ato de corrupção.



Segundo Mozarildo, a soma do salário com a verba indenizatória resulta em valor acima do teto

No Pará, CPI ouve bispo de Marajó e autoridades acusadas de pedofilia

Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI da Pedofilia, José Nery (PSOL-PA) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ouviram na sexta-feira, em Belém, o relato de dom Luis Azcona, bispo de Marajó, sobre exploração sexual de crianças no arquipélago paraense. Os senadores realizaram diligência em Belém por três dias.

Na sexta-feira foram ouvidos João Carlos Carepa – irmão da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, acusado de abusar de uma menina de 12 anos – e a mãe da vítima. Na quinta-feira, houve depoimento do deputado estadual Luiz Afonso Sefer (DEM), acusado de praticar pedofilia contra uma menina humilde do interior do estado,

levada para morar em sua casa, em Belém. De acordo com informações da assessoria de José Nery, o Ministério Público do Pará pediu o indiciamento e a prisão preventiva do deputado.

Ainda na quinta-feira, os senadores ouviram, em reunião reservada, a delegada que preside o inquérito contra o deputado e a ex-vereadora de Belém Marinor Brito, que foi presidente de uma CPI aberta na Câmara Municipal, em 2005.

Também na semana passada, a CPI decidiu que convocará pessoas citadas em investigação sobre abuso sexual de crianças em Catanduva (SP). Senadores devem ir à cidade entre os dias 16 e 18, e também devem ouvir familiares das vítimas.

Zambiasi quer fim do IR sobre o salário de férias

Senador cobra da CAE votação de proposta, de sua autoria, que também proíbe cobrança do Imposto de Renda sobre abono recebido pelo trabalhador

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu sexta-feira que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) acelere a votação do projeto, de sua autoria, que proíbe o desconto do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e de contribuição para a Previdência Social sobre os salários de férias e sobre o abono de férias do trabalhador. Segundo disse, a aprovação da matéria (PLS 685/07) avança e consolida a decisão da Receita Federal de não mais cobrar Imposto de Renda sobre a venda de dez dias das férias pelos trabalhadores.

Zambiasi avalia que a decisão da Receita nada mais faz do que cumprir determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 1993, que proibiu a cobrança do IR sobre a venda de dez dias de férias do trabalhador. Além disso, observou, a Constituição, ao definir os direitos sociais, garantiu que não haverá cobrança

do Imposto de Renda sobre o salário de férias do cidadão.

– O entendimento do STJ é o mesmo já consolidado na Constituição, de que o salário de férias é verba indenizatória e não acréscimo de patrimônio, não podendo, portanto, ser tributado.

Para o senador, a aprovação do projeto beneficiará não apenas o trabalhador, que não precisará recorrer à Justiça para ter seus direitos garantidos, mas também o governo, que não terá de despender recursos judiciais para decidir sobre questões trabalhistas já reconhecidas em lei.

Sérgio Zambiasi agradeceu à senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pelo relatório a seu projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e informou que



Projeto, que terá votação terminativa na CAE, consolida decisão da Receita, diz Zambiasi

a matéria receberá decisão terminativa na CAE.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) parabenizou Zambiasi pela iniciativa e disse que votou a matéria com muita consciência e certeza da sua correção.

Paim lê manifesto contra a proposta de reforma tributária

Paulo Paim (PT-RS) leu em Plenário manifesto de mais de 70 entidades contra a aprovação da proposta de emenda à Constituição que altera o sistema tributário nacional. A proposta (PEC 233/08) está tramitando na Câmara dos Deputados.

Segundo as entidades signatárias, a reforma tributária proposta na PEC ameaça os direitos sociais contemplados na Constituição, especialmente os que se referem à seguridade social. Na opinião de Paim, caso a PEC seja aprovada como está, não haveria mais preocupação com o social, pois as políticas sociais deixariam de contar com recursos exclusivos e teriam de disputá-los no bolo geral com outros setores, como municípios, governos estaduais e Forças Armadas.

“A proposta de reforma inviabilizará qualquer expansão dos programas de saúde, previdência, como já proponho na questão dos aposentados, ou de assistência social, comprometendo, igualmente, qualquer sociedade econômica e socialmente mais justa”, leu Paulo Paim.

Cristovam pede atenção para “parlamento” da internet

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu que o Parlamento discuta sua atuação a partir do advento da internet. Para o senador, o papel do Congresso Nacional poderá ficar obsoleto se não houver sintonia na relação entre eleitos e eleitores, uma vez que os cidadãos já começam a discutir temas nacionais por meio da internet, o que poderia levar a uma democracia direta.

Cristovam contou que essa é também a posição do presidente do Senado, José Sarney. Segundo o parlamentar pelo DF, Sarney fez a ele a seguinte afirmação, em conversa sobre a crise de credibilidade por que passa o Congresso: “Nós não entendemos ainda o papel da internet na consolidação da democracia direta que há hoje no mundo”.

– A democracia hoje não dá ao Parlamento a exclusividade de parlamentar. Existe um imenso parlamento que é o parlamento dos internautas. Esse parlamento exerce uma pressão sobre nós e não estamos sabendo como administrá-lo bem – analisou Cristovam.

ambiente legal

Hábitos saudáveis podem prevenir câncer

Um terço dos casos dos tipos mais comuns de câncer em adultos pode ser evitado nos EUA, de acordo com relatório do Fundo Mundial de Pesquisas sobre o Câncer e do Instituto Americano para a Pesquisa do Câncer. O estudo, que incentiva hábitos saudáveis, como o uso de bicicleta, conclui que é possível evitar 34% de 12 tipos de câncer e 24% de todos os tipos da doença no país.

Remédio: dieta adequada, exercícios e peso baixo

O relatório destaca que, com uma dieta adequada, exercícios físicos e peso sob controle, é possível evitar 38% dos casos de câncer de mama; 45% dos casos de câncer de colo

retal; 36% dos casos de câncer de pulmão; 47% dos casos de câncer de estômago; 69% dos casos de câncer de esôfago; e 11% dos casos de câncer de próstata, entre outros.

Slow Food: boa comida e defesa da vida

O prazer de saborear boa comida e bebida de qualidade deve ser combinado com o esforço para salvar os inúmeros grãos, vegetais, frutas e animais que podem desaparecer devido ao predomínio das refeições rápidas e do agronegócio industrial. Essa é a filosofia do movimento Slow Food, tema do programa *Cidades e Soluções*, apresentado por André Trigueiro aos domingos, às 21h30, na GloboNews. O movimento já conta com 20 centros no Brasil.

Estudo mostra devastação do Cerrado

Um estudo da Universidade Federal de Goiás (UFG) prevê redução de 40 mil km² do Cerrado por década, se for mantido o ritmo atual de desmatamento, provocado pelo avanço da fronteira agrícola

e pecuária. As áreas devastadas deverão subir dos 800 mil km², de 2002, para 960 mil km² daqui a quatro décadas. Isso representa a metade do estado de Goiás ou dez vezes a área do Distrito Federal.

Rios, solo e biodiversidade comprometidos

O desmatamento do Cerrado trará consequências socioeconômicas e ambientais, com prejuízos para os recursos hídricos, solo e biodiversidade da região. O Cerrado, que se espalha por dez estados e

pelo Distrito Federal, é o segundo maior bioma dos seis existentes no país, perdendo apenas para a Amazônia. E abriga nascentes de rios da bacia amazônica, do Prata e do São Francisco.

homenagem



Cléa Carpi, secretária-geral da OAB



Sônia Amaral, juíza maranhense



Elisa Lucinda, jornalista, poeta e atriz



Lily Marinho, embaixadora da Unesco



Neide Castanha coordena o Cecria

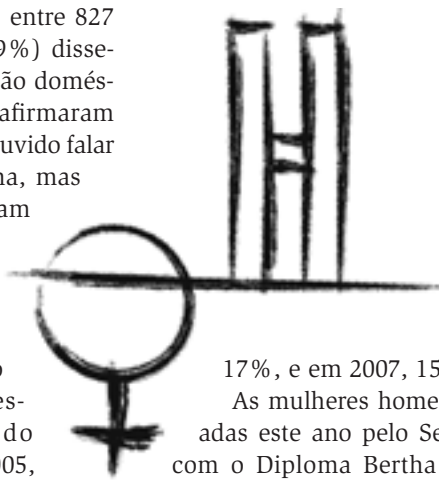
Congresso Nacional celebra Dia da Mulher

José Sarney abre a sessão anunciando resultados da última pesquisa do DataSenado sobre violência doméstica

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou na quinta-feira, durante a sessão do Congresso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, ter determinado o levantamento de todos os projetos em tramitação que possam aperfeiçoar a Lei Maria da Penha, cuja aprovação considera uma contribuição especial do Congresso em defesa dos direitos da mulher.

Segundo pesquisa do DataSenado, divulgada pelo senador

durante a solenidade, entre 827 entrevistadas, 160 (19%) disseram ter sofrido agressão doméstica. Dessas, 81,3% afirmaram conhecer ou já terem ouvido falar da Lei Maria da Penha, mas apenas 28% afirmaram ter denunciado a violência. A parcela de mulheres que disseram ter sofrido violência é maior do que demonstram pesquisas anteriores do DataSenado – em 2005,



17%, e em 2007, 15%. As mulheres homenageadas este ano pelo Senado com o Diploma Bertha Lutz

foram a embaixadora da Boa Vontade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Lily Marinho; a juíza maranhense Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro; a jornalista, atriz e poeta Elisa Lucinda Campos Gomes; a secretária-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cléa Anna Maria Carpi da Rocha; e a assistente social Neide Viana Castanha, que coordena o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência

Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Discursaram ainda o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Roseana Sarney (PMDB-MA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Patrícia Saboya (PDT-CE), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Cristovam Buarque (PDT-DF) revezaram-se na tribuna para celebrar o Dia Internacional da Mulher.

Diploma Bertha Lutz ajuda na luta contra a discriminação

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz – concedido anualmente pelo Senado a cinco mulheres que se destacam na defesa dos direitos e da valorização da mulher – contribui de forma importante para dar visibilidade à luta dessas brasileiras no combate à discriminação ainda praticada contra esse segmento da população. A afirmação é da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã

Bertha Lutz, em entrevista à Agência Senado.

Nos últimos três anos, o conselho tem prestado homenagem *in memoriam* a mulheres que marcaram a história do país. Este ano, a homenageada é a ex-primeira dama e antropóloga Ruth Cardoso, criadora do Programa Comunidade Solidária, de combate à pobreza e à exclusão social por meio de parcerias entre governo e sociedade, falecida em 24 de junho de 2008.

Agraciadas destacam importância do prêmio concedido pelo Senado

Três agraciadas com o Bertha Lutz falaram sobre a importância da homenagem. A assistente social Neide Viana Castanha, secretária-executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, avalia que a iniciativa do Senado mostra a aliança entre a sociedade, antes solitária em suas lutas, e os poderes públicos contra o abuso de crianças e adolescentes.

Para a juíza Sônia Maria Ama-

ral Fernandes Ribeiro, a iniciativa do Senado dá visibilidade aos problemas da mulher.

– Há diversas questões, como o trabalho doméstico, para as quais se precisa chamar a atenção – observou.

Já Sônia Amaral considera que a homenagem “lança uma luz” sobre todos esses problemas para que possam ser superados em definitivo.

A atriz e poeta Elisa Lucinda afirmou que a premiação é “o olhar oficial dos dirigentes do país para quem constrói o Brasil sem ter financiamento”.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso destacou a atuação social de dona Ruth Cardoso em entrevista por telefone à Agência Senado.

– Ela gostava de dar início aos programas e colocar pessoas competentes para desenvolvê-los. O programa [Comunidade Solidária] continua e já atendeu 4 milhões de brasileiros – declarou o ex-presidente.

Mulheres conhecem lei, mas têm medo

A Lei Maria da Penha já é bem conhecida das mulheres, mas apenas 4% das que sofrem violência doméstica denunciam o fato às autoridades. É o que contam as brasileiras entrevistadas pelo DataSenado. De acordo com o estudo, o medo do agressor é a principal causa do silêncio.

– Cerca de 96% das entrevistadas ainda não acredita que as mulheres agredidas vão às instâncias policiais e judiciais para fazer a denúncia – explicou Ana Lúcia Novelli, coordenadora da pesquisa.

O medo da reação do parceiro como razão do silêncio, informa Ana Lúcia, foi apontado por 78% das entrevistadas, percentual muito superior ao de outras razões citadas, como “vergonha”, “não garantir o próprio sustento” e “punição branda”, que ficaram abaixo de 10%.

Na pesquisa, realizada entre os dias 5 e 12 de fevereiro, foram ouvidas 827 mulheres maiores de 16 anos que moram nas capitais do país e que possuem acesso a telefone fixo. Do total, 160 (19%) disseram ter sofrido agressão doméstica, das quais 81,3% conhecem ou já ouviram falar da Lei Maria da Penha, mas apenas 28% disseram ter denunciado a agressão.

A parcela de mulheres que afirmaram ter sofrido agressão é maior que a verificada em pesquisas anteriores do DataSenado – em 2005, esse percentual ficou em 17% e, em 2007, em 15%. No estudo atual, feito por cerca de 20 pesquisadoras, a violência física foi a mais citada pelas entrevistadas, sendo que 81% dos agressores são maridos, companheiros ou namorados.



Serys, Michel Temer, José Sarney e Marconi Perillo compõem mesa da sessão de homenagem às mulheres

Bloqueios devem reduzir recursos públicos para programas de gênero

Apesar do aumento de 7% em relação aos recursos orçados em 2008, os programas do governo federal voltados para reduzir as desigualdades entre os sexos e as raças no país, o chamado Orçamento Mulher, no montante de R\$ 84,76 bilhões este ano, devem ser afetados pelo bloqueio de verbas orçamentárias. A expectativa do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), uma das organizações de mulheres mais atuantes dentro do Congresso, é de que o contingenciamento provisório

do Orçamento da União de R\$ 37 bilhões, definido neste início de ano, seja efetivado no decreto que o governo deve anunciar agora em março.

Esses cortes, segundo a assessora técnica do Cfemea, Sarah Reis, devem prejudicar a execução do Orçamento Mulher, embora haja dificuldades em avaliar o impacto com precisão, pois o contingenciamento não é definido por programa, recaindo sobre a dotação global dos órgãos do governo.

Alguns programas saíram prejudicados já na proposta do Executivo. Um exemplo é o de combate à violência contra as mulheres. No conjunto de suas ações, o programa obteve R\$ 40,9 milhões, um reforço de 42% em relação a 2008. No entanto, cinco ações importantes para implementar a Lei Maria da Penha não receberam recursos, segundo o Cfemea. Uma delas é a que prevê a instalação de 200 núcleos especializados de defensoria pública. Outra é a que viabiliza a im-

plantação de cem pontos de serviços de atenção à saúde das vítimas de violência doméstica e sexual, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Esse monitoramento do Orçamento federal ganhou ajuda importante do Senado em 2005. A metodologia desenvolvida pelo Cfemea para identificar os programas voltados para gênero e raça foi colocada à disposição da sociedade pelo Siga Brasil, alojado na página do Senado na internet.

institucional

Senado divulga gastos dos gabinetes em abril

Mesa diretora anuncia decisão de tornar públicas todas as informações sobre as despesas feitas pelos senadores com as verbas indenizatórias

A partir de abril, o Senado começa a divulgar na internet os gastos feitos pelos senadores com recursos da verba indenizatória, publicando também o CNPJ dos recibos por eles apresentados para justificar as despesas.

– Nós tínhamos decidido dar publicidade a essa verba, da mesma forma que a Câmara fez, seguindo o mesmo ato a que a Câmara procedeu. Vamos dar total transparência ao problema da verba indenizatória. Tomamos também uma decisão importante sobre a informatização do processo legislativo – disse o presidente da Casa, José Sarney, logo depois de reunião com a Mesa diretora.

O senador se referia a documento assinado pela Mesa unificando a informatização do processo legislativo, o que significará institucionalizar uma gestão única para a produção e transmissão de documentos entre



Cercado de repórteres, à saída da reunião da Mesa diretora, Sarney não criticou antecessores, mas disse que agora é sua responsabilidade tomar as decisões

os três Poderes da União. Em sua opinião, o resultado será uma significativa economia de tempo, maior transparência e precisão.

– Nós colocaremos todas as informações que forem necessárias à maior transparência sobre isso, a partir deste mês de abril. Não posso censurar os que me

antecederam. A responsabilidade passa a ser agora minha, como presidente da Casa. Eu já tenho dito isso, eu não tenho futuro, eu tenho passado. E vou zelar, de qualquer maneira, para tomar todas as decisões que forem necessárias – afirmou o presidente do Senado.

Agaciel Maia deixa Diretoria Geral após denúncia

O presidente José Sarney aceitou o pedido de afastamento definitivo do cargo apresentado pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia. “Lamento que esse episódio tenha chegado a esse resultado, uma vez que se trata de um dos funcionários mais antigos e eficientes desta Casa”, disse Sarney. O cargo está sendo ocupado provisoriamente pelo adjunto, Alexandre Gazineo.

Agaciel deixou o cargo dois dias depois de o jornal *Folha de S. Paulo* tê-lo acusado, no domingo, de registrar uma casa de R\$ 5 milhões em nome do irmão, o deputado João Maia (PR-RN), sem declará-la ao Imposto de Renda. No mesmo dia, Sarney solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) a apuração da denúncia. Na terça, alegando não desejar ser motivo de desagregação político-partidária, Agaciel ofereceu seu pedido de afastamento permanente.

– É a imagem do Senado. Nenhum de nós tem o direito de prejudicá-la – afirmou o presidente do Senado.

De acordo com Sarney, o afastamento foi discutido com o diretor-geral, assim como a hipótese de um afastamento apenas transitório, ideia afastada porque manteria latente o problema

resultante das acusações feitas contra ele.

Agaciel, funcionário do Senado desde 1977, disse que sua atitude visava “acalmar a situação” e viabilizar uma investigação “ampla, geral e irrestrita” das denúncias, mas assegurou ter apresentado todos os documentos que comprovariam sua inocência.



Agaciel pediu demissão do cargo na terça-feira. Aos jornalistas, garantiu ter apresentado documentos que comprovariam sua inocência

presidência

Sarney retira ação no STF contra Câmara dos Deputados

Com a concordância da Mesa, o presidente do Senado, José Sarney, determinou à Advocacia Geral da Casa que retire o mandado de segurança impetrado em dezembro, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra a decisão da Câmara de não promulgar a proposta de emenda à Constituição (PEC 20/08) que eleva de 51.924 para 59.267 o total de vereadores no país.

O Senado aprovou a proposta, originária da Câmara, mas aquela Casa decidiu não

promulgá-la, por discordar das modificações no texto feitas pelo Senado.

Também em decisão da Mesa do Senado, foi enviado ao Plenário o projeto de resolução do Congresso Nacional (PRN 1/04) da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) que institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo para trabalhos jornalísticos que contribuam para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, do Estado democrático de direito e para a defesa dos direitos humanos.

Marconi: reforma tributária até 2011

O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), reafirmou, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), o compromisso do presidente José Sarney com a reestruturação do sistema tributário. Marconi disse que levava aos industriais, autoridades e políticos presentes a garantia de Sarney quanto ao trabalho para a votação urgente da reforma.

Requião pede apoio contra resolução

O presidente José Sarney recebeu o governador do Paraná, Roberto Requião, que pediu pressão da Casa na votação do projeto de resolução (PR 24/08) do senador Osmar Dias (PDT-PR) destinado a corrigir dispositivos de resolução anterior do Senado (47/07) que determinou a suspensão das multas cobradas pela Secretaria do Tesouro Nacional e estaria causando “pesados prejuízos” ao estado do Paraná.

POSSE NO TST

O senador José Sarney compareceu à posse do novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Milton de Moura França. Também tomaram posse o novo vice, João Oreste Dalazen, e o novo corregedor-geral, Carlos Alberto Reis de Paula. O tema comum dos discursos foram os efeitos da crise financeira.

TELECOM ITÁLIA

Ao presidente da Telecom Itália, Gabrielle Galateri, o senador José Sarney disse que o Brasil tem dois grandes trunfos para enfrentar a atual crise econômica global: uma política econômica adequada e “uma forte liderança no Executivo”. Sarney agradeceu o interesse demonstrado no Brasil pela empresa. Galateri informou que estão sendo investidos US\$ 2 bilhões neste ano.

IMÓVEIS FUNCIONAIS

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, anunciou que serão enviados questionários aos 12 funcionários do Senado ocupantes de imóveis funcionais para apurar se essas pessoas possuem outros imóveis em Brasília. O senador esclareceu que a ocupação dos 12 imóveis está de acordo com a lei, uma vez que não são imóveis destinados a parlamentares. Mas o que se vai questionar é o critério para a escolha dos ocupantes. Heráclito lembrou que o Senado já teve mais de 400 imóveis funcionais e que hoje tem apenas 13, um deles desocupado porque precisa de muitas reformas e não haveria interessados em investir na renovação. Segundo o 1º secretário, a Câmara dos Deputados teria ainda hoje 32 imóveis funcionais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shlessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata
Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Elga Mara Teixeira Lopes
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
AGÊNCIA SENADO
Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Sueli Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Sívio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Recursos para financiar a agricultura familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atende cerca de 2 milhões de famílias no Brasil. Como participar do programa e conseguir financiamento?

Essa foi a informação solicitada por ouvintes do Pará, de Minas Gerais e de Goiás. Responde à questão o diretor de financiamento de proteção da produção do Pronaf, João Luiz Guadagnin.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC
9/3, segunda-feira, às 10h
Internet: 9/3, segunda-feira

Tratamento e prevenção da rubéola na gravidez

O *Pergunte ao Doutor* desta quarta-feira vai atender a ouvinte Adriana Lira, de Santa Filomena (PI), que pede esclarecimento sobre as sequelas que seu irmão, hoje com 15 anos, teve após a mãe ter contraído rubéola na gravidez.

Luís Cláudio Castro, endocrinologista pediátrico, vai explicar os riscos da doença, os tratamentos para os problemas decorrentes e as formas de prevenção.

Pergunte ao Doutor

Senado FM
11/3, quarta-feira, às 7h30
Internet: 11/3, quarta-feira



Programa da TV Senado traz ainda uma entrevista exclusiva com o vice-presidente da Líbia, Imbarek Ashamikh

No *Diplomacia*, os brasileiros de volta do Japão

Programa mostra o desemprego na colônia brasileira no Japão e o impacto do retorno ao Brasil

A colônia brasileira no Japão é estimada em 320 mil pessoas. Pelos dados oficiais, pelo menos 170 mil têm contrato temporário. Com a crise econômica, o Japão, a segunda maior economia do mundo, entrou em recessão. As exportações caíram 14% e a produção industrial teve um recuo de 10%. Resultado: milhares de brasileiros estão sendo demitidos e, sem perspectivas, começam a voltar ao Brasil. O programa *Diplomacia*, da TV Senado, mostra o drama desses brasileiros e os impactos que o desemprego deles traz ao Brasil.

Outra atração é uma entrevista com o vice-presidente da Líbia, Im-

barek Ashamikh. Ele revela que o país árabe quer se aproximar ainda mais da América do Sul, inclusive participando do Banco do Sul, cuja criação vem sendo estudada pelos países-membros da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Para Ashamikh, os países em desenvolvimento devem se unir ainda mais nestes tempos de crise e o Brasil é a porta de entrada do mundo árabe na América Latina.

Diplomacia – TV Senado

14/3, sábado, às 11h30 e 22h30
15/3, domingo, às 9h e 17h

O que comemorar em 8 de março?

A data em que se festeja o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, justifica as comemorações em torno dela? Quais foram os principais avanços na condição feminina no Brasil nas últimas décadas? Por que os salários ainda são desiguais, dando vantagem aos homens? Como a falta de creches afeta as possibilidades de as mães trabalharem fora? E a participação da mulher na política, tem efetivamente aumentado?

Como combater a violência doméstica e a exploração sexual de meninas?

Essas e outras perguntas serão respondidas na Entrevista Especial do *Conexão Senado*, que vai ouvir a opinião de parlamentares e especialistas.

Conexão Senado

Senado FM e OC
9/3, segunda-feira, às 8h
Internet: segunda-feira, 9/3

O cinema brasileiro e as mulheres

A TV Senado exhibe, nos próximos três finais de semana, a série de especiais sobre a mulher no cinema brasileiro, que trata da atuação da mulher no cinema nacional desde os primeiros filmes até as recentes produções.

Com direção de Norma Bengell, os filmes contam com narração da atriz e diretora e do ator Paulo José, além de fotos e

imagens de filmes e programas de diferentes épocas.

A mulher no cinema brasileiro

14 e 15/3, sábado e domingo, às 15h30 e 21h
21 e 22/3, sábado e domingo, às 15h30 e 21h
28 e 29/3, sábado e domingo, às 15h30 e 21h

Comunicação tem predomínio feminino

Atualmente há uma predominância de mulheres atuando nos veículos de comunicação de massa e nas demais áreas da comunicação. São jornalistas, cineastas, publicitárias e relações públicas que têm dominado os postos de trabalho nos últimos 15 anos, sendo que muitas delas ocupam cargos de chefia.

Para debater a questão, a Rádio Senado convidou Madalena Guilhon, jornalista graduada pela PUC-RJ. Ela é hoje coordenadora da ONG Fundo Elas de Investimento Social, que financia a carreira

de mulheres de destaque que aceitem o desafio de trabalhar pela igualdade de gênero em suas áreas.

Madalena foi criadora da experiência pioneira da articulação de mulheres em rádio, a ONG Cemina – Comunicação, Educação e Informação em Gênero, que criou o programa de rádio *Fala Mulher* e promoveu cursos de radialista para mais de 500 mulheres.

Estação da Mídia – Senado FM

10/3, terça-feira, às 7h30
Internet: terça-feira, 10/3



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Piso para professores

"Até que haja uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o Brasil está na expectativa de saber se a Constituição brasileira proíbe que os professores tenham um piso nacional salarial. Pode parecer absurdo, mas é verdade: em nome da autonomia de cada estado, cinco governadores solicitaram que o STF declare inconstitucional a Lei 11.738/08."

Filipe de Faria Barbosa, de Aracaju (SE)

Nota da Redação: O *Jornal do Senado* publica nas páginas 8 e 9 um amplo material sobre a implantação do piso salarial nos estados e municípios. A ação dos governadores não quer declarar inconstitucional toda a lei, apenas três de seus dispositivos, entre os quais não se inclui o valor do piso (R\$ 950).

Envelhecer não é fácil

"Senhores senadores: um aposentado, se receber um salário justo, sempre fará o dinheiro circular (viajando, consumindo). Nós, os aposentados, por meio dos senhores, sabemos que existe o dinheiro para nos pagar o que é justo. Envelhecer não é fácil e muitos dos senhores sabem disso. Só não sentem no bolso. Precisamos de ações concretas e da aprovação dos projetos que nos darão o que é de direito. Permitam que possamos viver com dignidade!"

Lya Cinelli Barros Rebello Raggio, de Piracaiá (SP)

Amazônia ameaçada

"Aos poucos vamos perder a Amazônia, e o governo tem se mostrado conivente com a situação. Pergunto: o que faz o nosso Ministério da Defesa nesse caso? E os governos dessa região, que só fazem vista grossa? Talvez esteja rolando muita grana por baixo dos panos. Tanta passividade é de se estranhar. Acredito que o país irá perder a Amazônia em dez anos no máximo, diante das ações de ONGs internacionais e dos grupos de defesa de direito dos indígenas. Nesse cenário, a perda poderá ocorrer por meio de resolução da ONU que criará na região de grandes

riquezas naturais os chamados Estados indígenas, independentes da República Federativa do Brasil. As ONGs internacionais são testas-de-ferro de grandes grupos internacionais. Se o povo brasileiro não fizer nada em curtíssimo espaço de tempo, a Amazônia não fará mais parte do território brasileiro do ponto de vista administrativo. Mas, espantosamente, nada se faz para evitar essa perda."

Luiz Fernando Costa, de Duque de Caxias (RJ)

Presídios agrícolas

"Sugiro aos senadores a criação de vários presídios agrícolas por meio de um projeto de lei. Já estamos cansados de pagar impostos para bancarmos presos que passam o dia inteiro sem fazer absolutamente nada."

Expedito João Rodrigues, de São Paulo (SP)

Juros altos

"Obter empréstimos pessoais nos bancos brasileiros é, no mínimo, uma tarefa árdua: os juros são muito altos. É uma crueldade, pois impede o crescimento do comércio e a geração de novos empregos, além de estimular o colapso e a inadimplência. O governo federal deveria intervir, no sentido de diminuir o lucro excessivo dos bancos a fim de estimular um maior crescimento do país."

Adriano Henrique de Oliveira, de Caruaru (PE)

Internet

"Com o aumento da velocidade no uso da internet, há necessidade urgente de legislação específica para tornar crime o uso de informações pessoais, por parte das empresas de internet, sem que haja a expressa autorização da pessoa. Tenho recebido uma enxurrada de e-mails de marketing que acabam entupindo a minha caixa postal."

Osmar M. Cerioni, de Jarinu (SP)
N. R.: A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou no ano passado projeto de lei que coíbe o envio por meio da internet de mensagens eletrônicas não solicitadas.

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Faço um apelo aos homens fraternos e generosos: nos ajudem. Somos 52% da sociedade, os outros 48% são nossos filhos. Em nome da mãe de cada um, a gente pede o apoio dos companheiros homens

Serys Shessarenko, na sessão solene do Dia Internacional da Mulher.

A verdade é sempre inconveniente para quem vive da mentira

Jarbas Vasconcelos, ao criticar seu partido, o PMDB, que afastou o senador da CCJ.

A crise é tão séria que, mesmo com o arsenal de medidas adotadas pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ainda não houve o retorno da confiança por parte da sociedade

Renato Casagrande, na instalação da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

Todos sabem que a corrupção existe, que ela faz parte da paisagem, que o povo passa, sente nojo e nós fazemos de conta que ela não existe

Cristovam Buarque, ao defender o combate à corrupção.

Essa foi a eleição mais fácil a que concorri. Não pedi voto e fui honrado com essa manifestação de confiança por comissão tão importante

Garibaldi Alves, comemorando a sua eleição para presidir a CAE.

Quem não respeita as regras é algoz hoje e pode ser vítima amanhã

Arthur Virgílio, ao condenar o desrespeito ao critério de proporcionalidade na presidência da Comissão de Infraestrutura, que será ocupada pelo PTB em lugar do PT.



GERALDO MAGELA

A educação é o maior desafio ainda não respondido do Brasil

Marco Maciel, defendendo que as conquistas da Constituição de 1988 precisam virar realidade.

É a imagem do Senado. Nenhum de nós tem o direito de prejudicá-la

José Sarney, ao aceitar o pedido de afastamento do ex-diretor-geral do Senado Agacieli Maia.

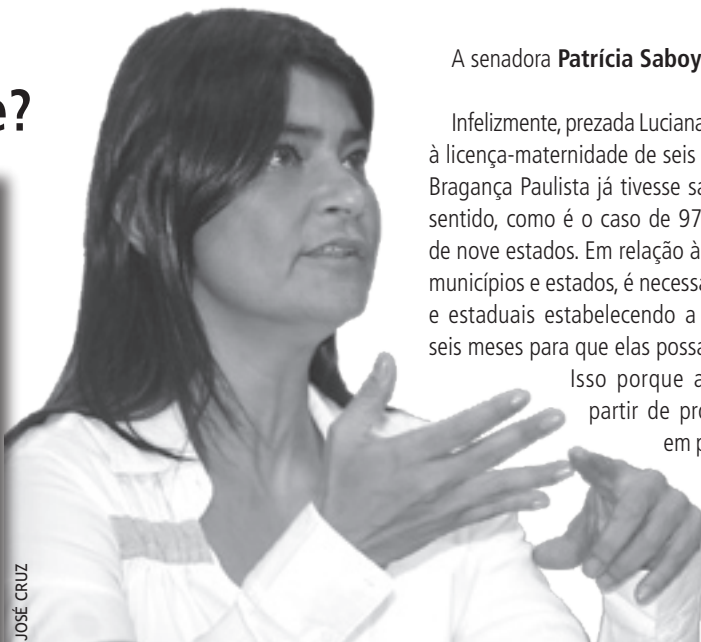


pergunte ao senador

Tenho direito à licença-maternidade?

"Gostaria de saber um pouco mais a respeito da licença-maternidade de seis meses. A lei já torna a licença obrigatória ou ela ainda é facultativa no caso das servidoras públicas municipais? Sou funcionária pública municipal, estou grávida de dois meses e gostaria de saber se a lei já me ampara ou ainda não, para que eu possa solicitar esse direito junto à prefeitura do município em que trabalho."

Luciana de Souza, de Bragança Paulista (SP)



JOSÉ CRUZ

A senadora **Patrícia Saboya (PDT-CE)** responde:

Infelizmente, prezada Luciana, não. Você só teria direito à licença-maternidade de seis meses se o município de Bragança Paulista já tivesse sancionado uma lei nesse sentido, como é o caso de 97 municípios brasileiros e de nove estados. Em relação às servidoras públicas dos municípios e estados, é necessário haver leis municipais e estaduais estabelecendo a licença-maternidade de seis meses para que elas possam usufruir desse direito.

Isso porque a lei que se originou a partir de projeto de minha autoria, em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria, prevê a concessão dos seis meses, em caráter facultativo, para as trabalhadoras

da iniciativa privada, e em caráter autorizativo, para as funcionárias públicas federais. No caso destas, o governo federal já editou decreto regulamentando o benefício.

O projeto foi sancionado pelo presidente Lula em setembro do ano passado, depois de uma campanha lançada em julho de 2005 em uma parceria entre a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ele beneficia trabalhadoras das empresas privadas e autoriza a administração pública federal a conceder os seis meses às suas servidoras.

Cada vez mais municípios e estados aderem à proposta de ampliar a licença-maternidade das funcionárias públicas em mais dois meses, além dos quatro meses constitucionais, mas é fundamental que a mobilização continue para que o benefício seja estendido a todas as gestantes da iniciativa privada e do serviço público.

Ar-condicionado exige limpeza cuidadosa

A limpeza dos dutos de ar-condicionado de prédios públicos e particulares deve seguir normas específicas para manter a qualidade do ar respirado pelas pessoas que frequentam esses

ambientes. A correta manutenção dos sistemas de climatização previne, entre outras, a doença do legionário, uma pneumonia atípica causada por uma bactéria que pode ser encontrada em

sistemas de ar-condicionado central e torres de refrigeração de água. Saiba mais sobre essa doença e as medidas de higiene que devem ser adotadas na limpeza dos aparelhos para evitá-la.

Ministério e Anvisa têm normas rígidas

O primeiro conjunto de regras voltado para garantir a qualidade do ar em ambientes climatizados foi a Portaria 3.523/98, do Ministério da Saúde, que estabelece uma rotina de procedimentos de limpeza em sistemas de refrigeração de grande porte. A orientação é para que empresas e condomínios contratem técnicos ou um estabelecimento especializado para realizar limpezas periódicas.

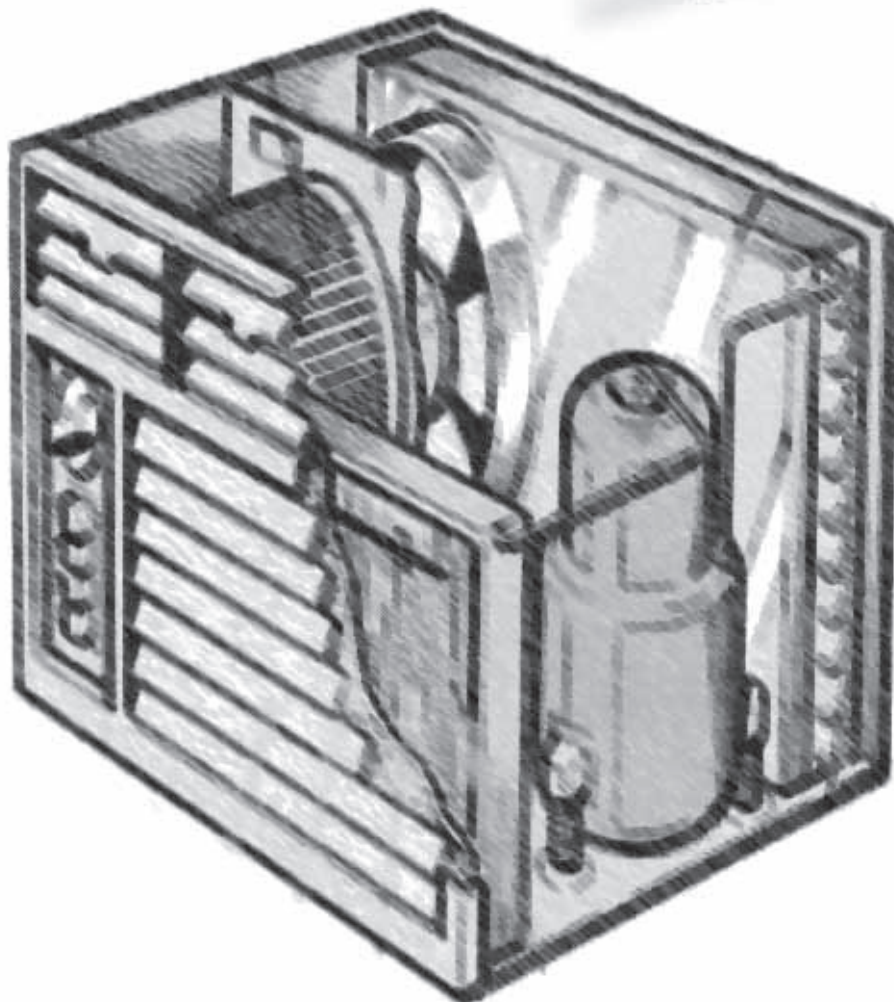
Em outubro de 2000, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou a Resolução 176/00, definindo padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados de uso público e coletivo e os procedimentos a serem utilizados pelas vigilâncias sanitárias no que compete à fiscalização da qualidade do ar.

A análise consiste na coleta de amostras do ar absorvidas por aparelho que contenha filtros com meio de cultura, para identificar os microrganismos existentes. Os filtros são então colocados em incubadoras e, se o laudo determinar contagem de microrganismos acima de 750 unidades formadoras de colônia (UFC) – padrão estipulado pela Organização Mundial de Saúde – por metro cúbico de ar, o ambiente é considerado impróprio para a saúde.

Além da Anvisa, contribuíram para elaborar a Resolução 176, entre outros, técnicos do Instituto Noel Nutels, Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ministério do Meio Ambiente, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Organização Pan-Americana de Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro/MTB) e Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial.

Em janeiro de 2003, a Anvisa revisou e atualizou o documento – sob a denominação de Resolução 9/03 –, contando com a ajuda de técnicos das mesmas instituições.

A norma estabelece que proprietários, locatários e administradores de imóveis climatizados por sistemas acima de 60.000 BTU/H (unidade térmica britânica por hora, medida utilizada para definir a capacidade térmica de um equipamento, que aumenta em ordem diretamente proporcional ao tamanho do ambiente e ao número de pessoas que estão presentes; neste caso equivale à refrigeração de um ambiente de mais de 100m²) são responsáveis pela qualidade do ar respirado por seus ocupantes. Se a fiscalização feita pelos técnicos da vigilância sanitária constatar que os limites de tolerância da poluição em ambientes refrigerados foram ultrapassados, os responsáveis poderão ser penalizados com multas que variam de R\$ 2 mil a R\$ 200 mil.



Método mais moderno recorre a pequenos robôs para entrar nos dutos

De acordo com a Associação Nacional de Tecnologia de Ar Interior (Anatai), a tarefa de manter o ar interno saudável deve ficar a cargo de empresa especializada, capaz de cumprir as exigências da legislação. O trabalho é iniciado com a análise microbiológica do sistema por pontos isolados para, após o laudo, proceder-se à higienização dos dutos e da casa de máquinas.

O método de limpeza mais eficaz, segundo a Anatai, emprega robôs operados por controle remoto, que usam escovas rotativas impulsionadas por ar comprimido para varrer os dutos. Outros acessórios acoplados ao aparelho efetuam a sanitização, pulverizando bactericidas e fungicidas.

Outros acessórios acoplados ao aparelho efetuam a sanitização, pulverizando bactericidas e fungicidas.

A equipe necessária é formada por um engenheiro responsável, um técnico em química, um técnico em monitoração e dois operadores. Cabe ao responsável emitir o laudo, que passa a integrar o plano de manutenção, operação e controle, implantado por empresa especializada. A legislação dispõe ainda que o trabalho deve ser feito com o menor transtorno possível para os ocupantes do imóvel.

Legislação fixa prazo para cada manutenção

Observe a periodicidade definida pela Anvisa para a limpeza e manutenção dos componentes do sistema de ar-condicionado:
Tomada de ar externo – limpeza mensal ou, se descartável, troca após, no máximo, três meses.
Filtros – limpeza mensal ou, se

descartável, troca após, no máximo, três meses.
Bandeja de condensado – limpeza mensal.
Serpentinas de aquecimento e de resfriamento – limpeza trimestral.
Umidificador – limpeza trimestral.
Ventilador – limpeza semestral.
Casa de máquinas – limpeza mensal.

Bactéria até então desconhecida matou 34 nos EUA

A falta de limpeza nos filtros e dutos de ar refrigerado propicia o desenvolvimento de micro-organismos – fungos, bactérias e leveduras – que podem levar os ocupantes de ambientes climatizados a contraírem doenças respiratórias, infecciosas ou alérgicas. O maior perigo está na presença da *Legionella pneumophyla* – bactéria que habita dutos de ar-condicionado, torres de refrigeração de água e bebedouros e que causa a legionelose, podendo se manifestar de duas formas: doença do legionário – um tipo grave de pneumonia – e a febre de Pontiac.

O contágio da doença do legionário ocorre pela inalação de gotas de água contendo a *Legionella*, que se aloja nos alvéolos pulmonares. O período de incubação é de dois a dez dias, surgindo em seguida os sintomas de febre, tremores, tosse seca ou purulenta e dores de cabeça. A doença é curável, desde que diagnosticada a tempo, e o tratamento é feito com antibióticos. Pessoas com sistema imunológico comprometido, doenças respiratórias ou problemas cardíacos – especialmente idosos – são as mais propensas ao contágio. Para a eficácia do tratamento, é necessário diagnóstico diferencial com outros tipos de pneumonia.

A *Legionella* pode estar presente em casos isolados ou desencadear epidemias de pneumonia em empresas – casos de contato com a mesma fonte de organismos e não de transmissão entre pessoas. A bactéria foi descoberta em 1976, quando mais de 200 idosos que participavam de uma convenção de legionários (veteranos de guerra) em um hotel na Filadélfia, Estados Unidos, infectaram-se e desenvolveram uma forma inicialmente não solucionada de pneumonia. Todos foram hospitalizados em estado grave e 34 morreram. A mesma bactéria foi o motivo da morte, em 1998, do ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta.

A febre de Pontiac é uma infecção tipo gripe causada pela inalação de água contaminada com muitos tipos de bactérias, dentre elas espécies de *Legionella*. Os doentes apresentam febre, tremores, mal-estar e dores de cabeça e musculares, mas sem complicações. O período de incubação varia de 12 a 36 horas e, por ser muito curto, não permite a infecção e multiplicação bacteriana.

Saiba mais

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
SIA trecho 5, área especial 57, bloco B, térreo – Brasília (DF)
CEP 71205-050
(61) 3448-1000
anvisa.gov.br